

# A ECONOMIA DAS CANÁRIAS NOS SÉCULOS XIV E XV

## CAPÍTULO I

### RELAÇÕES DA CRISTANDADE COM AS ILHAS CANÁRIAS NOS SÉCULOS XIII, XIV e XV. AS FONTES.

Conhecidas dos romanos sob o nome de Ilhas Afortunadas e dos islamitas sob o de Ilhas Eternas (*Al-Halidat*), as Canárias parece que não estiveram integradas na navegação sistemática quer de cristãos quer de muçulmanos até o século XIV. Visitaram-nas provavelmente alguns aventureiros antes da tomada de Lisboa aos mouros (1147), e da existência de tais ilhas persistiu um conhecimento vago. Que os muçulmanos as não frequentavam, conclui-se do estado económico do arquipélago ao ser conquistado pelos europeus e ainda de não desempenhar qualquer função na economia marroquina; aliás, as relações do Maghreb com a Guiné teciam-se por caravanas que atravessavam o deserto, e não por via marítima. A corroborar esta inferência, dispomos do assêrto de Ibne Khaldun (2.<sup>a</sup> metade do século XIV) de que só por acaso e não intencionalmente os navios vão parar às ilhas Canárias (1).

O descobrimento das Canárias pelos cristãos data das últimas décadas do século XIII. Em Maio de 1291 desaferravam de Génova as duas galés *Allegranza* e *Sant'Antonio*, capitaniadas por Ugolino e Vadino Vivaldi; pretendiam os dois irmãos alcançar as Índias pelo mar Ocidental e levavam consigo mercadores para estabelecer o comércio e dois franciscanos para realizarem a evangelização. Em Génova foram-se recebendo notícias da viagem: os dois navios tocaram em Maiorca, Barcelona, Valência, Alicante, Cádiz, entraram no Atlântico, aportaram a Gozora (zona entre Agadir e o Cabo Não): e a partir daqui nada mais se soube da expedição. Ora, a mais setentrional e oriental das ilhas Canárias denominou-se desde o século XIV *Allegranza* — precisamente o nome de uma das galés dos Vivaldi. É muito possível que os genoveses tivessem estado nessa ou noutra ilha (supõe-se hoje que chegaram pelo menos à Senegâmbia e há quem avenge que devem ter ido mesmo muito mais longe). O promotor e principal capitão da expedição, Tedisio d'Oria, organizou possivelmente novas

(1). — *Monumenta Cartographica Africae et Aegypti*, tomo IV, fl. 1340 v.

viagens em busca do paradeiro dos Vivaldi. Em tais navegações é que se deve ter batizado a ilha com o nome de uma das galés que se buscavam.

A esta década final de Duzentos ou ao primeiro lustro de Trezentos deve remontar uma expedição armada genovesa a que se refere Petrarca em *De vita solitaria*: nas Ilhas Afortunadas "eo patrum memoria januensium armata classis penetravit". Como o poeta nasceu em 1304, a indicação "segundo a memória de nossos pais" data o envio da frota de guerra de alguns anos atrás. É possível que se trate da expedição organizada por Tedisio d'Oria e é certo que se não trata da dos Vivaldi; mas pode muito bem ser outra que não a que ia em demanda dos exploradores perdidos.

É ainda um genovês quem realiza a primeira conquista de uma das ilhas Canárias, supõem alguns que seduzido pela notícia de a elas terem arribado uns marinheiros de Cherburgo (elemento possível mas aliás desnecessário, pois vimos que em Génova se conhecia a existência do arquipélago). A viagem e estadia de Lanzarotto (ou Lancillotto) Malocello (ou Maroxello) realizou-se talvez entre 1310 e 1330 (efectivamente, o navegador figura já como testemunha num acto deste último ano); alguns historiadores recuavam-na para 1275, o que levaria a identificá-la talvez com a expedição referida por Petrarca; mas é significativo que a ilha não apareça mencionada no planisfério de Angelino Dalorto (1325) e figure já na cópia que dele fez Angelino Dulcert catorze anos depois: nesta segunda carta vemos pela primeira vez: *insula de Lanzarotus Marocellus*. O nome encontra-se também no Atlas Medicu de 1351. Entretanto, o arquipélago tornava-se bem conhecido aos cristãos. Em 1337 já Petrarca podia escrever: "... da Bretanha, da Irlanda e de tôdas as Órcades a setentrião do Oceano Occidental, e das Ilhas Afortunadas a meio-dia do mesmo, tanto por experiência como por informações dos viajantes que constantemente por aí passam, têm-se pouco menos notícias do que da Itália ou da França" (2). Por conseguinte, os europeus deviam já frequentar as ilhas com certa regularidade. Lanzarotto Malocello construiu na ilha do seu nome um castelo, cujas ruínas a expedição de Jean de Béthencourt e Gadifer de la Salle ainda encontrou em 1402 (3); o fundador fôra, ao que parece, expulso por uma revolta dos indígenas, depois de uma permanência de talvez cêrca de dezoito anos.

A primeira descrição de algumas das ilhas é a que nos deixou Giovanni Boccacio, resumindo cartas de mercadores florentinos de Sevilha, com data de 15 de Novembro, chegadas a Florença ainda em 1341 (4). Em 1 de Julho deste ano partiram de Lisboa dois

---

(2). — Em tudo o que antecede seguimos Rinaldo Caddeo, *Le Navigazioni Atlantiche* (Milão 1929), Introdução, e Ch. La Roncière, I.

(3). — Pierre Bontier e Jean Le Verrier: *Historia del Primer Descubrimiento de las Canarias* (cap. XXX).

(4). — A tradução portuguesa em *Documentos sôbre a Expansão*, vol. I, cap. I.

navios e um barco mais pequeno, com equipagens de florentinos, genoveses, castelhanos e catalães; o florentino Angiolino del Tegghia de' Corbizzi capitaneava a frota, que o rei de Portugal provera de todo o necessário para a passagem e que levava material de guerra para efectuar conquistas; o genovês Niccoloso de Recco era capitão de um dos navios. A expedição regressou em princípio de Novembro, sem ter chegado a realizar qualquer estabelecimento nas ilhas. Trouxe quatro cativos, peles de carneiro e de cabra em abundância, sebo, óleo de peixe, peles de lobos marinhos e madeiras tinturiais. Na descrição da viagem só se dá o nome de uma das ilhas visitadas: a Canária (Grã-Canária); todos os historiadores estão de acôrdo em identificar a primeira ilha visitada com Forteventura; mas quanto às restantes, a identificação não é fácil ou é mesmo desesperada: é possível que os três navios tenham percorrido os arquipélagos madeirense e açoreano, além de visitarem demoradamente o canariano. Em todo o caso, para o objectivo que nos propomos, tais dificuldades não importam muito, visto que só se descrevem, sob o ângulo económico-etnográfico, as duas ilhas bem identificadas. A importância de tal descrição não pode ser sobre-estimada: dá-nos o estado da Canária e de Forteventura num momento em que a acção cristã ainda não devia ter exercido influência de relêvo nestas duas ilhas, e só passadas mais de seis décadas nos surge outra fonte a focar os aspectos que nos interessam. Os navegadores não só viram com vagar as ilhas, como ainda tiveram prolongado contacto com os indígenas cativos.

Uma bula de 15 de Novembro de 1344, passada por Clemente VI, concedeu o senhorio das Canárias, mediante o pagamento de um tributo anual, ao conde de Talmont, D. Luís de la Cerda, bisneto de Afonso X o Sábio, de Castela, e neto de S. Luís de França. O pontífice pediu a vários reis que auxiliassem a conquista. Mas o donatário não conseguiu os meios para a efectuar. E em 12 de Outubro do ano seguinte Afonso IV, rei de Portugal, protestava contra a concessão, embora declarasse acatar a vontade pontifícia (5). O protesto baseava-se em três argumentos:

a) argumento geográfico da vizinhança: as Canárias estão mais perto de Portugal do que de qualquer outro reino;

b) argumento histórico da prioridade no descobrimento: "os nossos naturais foram os primeiros que acharam as mencionadas ilhas";

c) argumento histórico da prioridade na conquista: o rei português já lá enviara uma armada e já tinha deliberado a conquista, adiada devido à guerra com Castela e à guerra com os mouros.

O primeiro argumento é manifestamente verdadeiro, o segundo manifestamente falso. Vimos já que o descobrimento se deve

---

(5). — Idem.

sem sombra da dúvida a genoveses e que em 1337 era corrente a navegação para as Canárias. Petrarca escrevia em *Da vita solitaria* no mesmo ano do protesto português: "...as Ilhas Afortunadas, situadas no extremo Ocidente, como aquelas que nos [à Cristandade] são mais vizinhas e melhor conhecidas" (6). Mas o terceiro argumento é igualmente falso: Génova iniciara há tempo já a conquista do arquipélago e ocupara mesmo a ilha de Lançarote, facto que a cartografia italiana não esqueceu no século XIV nem no século XV. A manifesta falsidade da argumentação explica porque é que o Papa não atendeu o protesto. A própria narração de Boccaccio apresenta já o descobrimento das Canárias como vulgarmente conhecido.

Ter-se-ia mesmo realizado a expedição alegada por Afonso IV? A invocação das guerras com Castela e com os mouros para justificar o não prosseguimento da conquista data-a o mais tardar de 1336. Damião Peres propõe identificar tal viagem com a narrada por Boccaccio; nesta descrição haveria um erro de cópia na data — MCCCXXXI por MCCCXXXVI; a identificação assentaria na absoluta igualdade de pormenores das duas pretensas viagens (7). Esta afirmação não me parece de forma alguma aceitável. O monarca declara que enviou naus tripuladas por portugueses, as quais abordaram às ditas ilhas e se apoderaram por força de homens, animais e outras cousas e os trouxeram para Portugal. Quanto ao primeiro ponto, é flagrante a discordância com Boccaccio, pois no relato dêste as tripulações são de florentinos, genoveses, castelhanos e outros espanhóis (ao contrário do que pensa Damião Peres, não é nada evidente que êstes sejam os portugueses). Quanto aos outros dois pontos, as indicações da carta do rei são demasiado vagas para se falar em pormenores; mais ainda: Afonso IV diz que os canários trazidos foram cativos pela força em terra, ao passo que Boccaccio descreve que vieram a nadar até os navios e êstes desaferraram com êles a bordo. Além disso, nada demonstra que a viagem de 1341 fôsse de iniciativa portuguesa; o relato parece dar a entender o contrário. Supôs Caddeo que o rei invoca falsamente tal expedição como portuguesa; em sentido oposto, argumentou Peres que, se assim procedesse, o rei de Portugal não deixaria de encontrar na cúria pontifícia quem o desmentisse: o argumento carece, porém, de valor, porquanto das três razões invocadas pelo monarca, duas são notôriamente falsas.

A carta dos Pizzigani, de 1367, traz a representação de quasi todo o arquipélago, com o emblema de Génova e a figuração de navios genoveses e venezianos navegando para o Sul. Êstes dados cartográficos concordam com as informações de Petrarca. E tais conhecimentos não se perderam: no Atlas Catalão de 1375

(6). — Citado por Rinaldo Caddeo, *ob. cit.*

(7). — *História dos Descobrimientos Portugueses*, pág. 14-15.

lã vem o nome de Lanzarotto Malocello e a bandeira da república de Génova (que se repetirão na carta de Mecia de Viladestes de 1413 e até na de Pareto de 1455) (8). O Atlas Catalão só não regista a Palma.

Em meados de Trezentos, segundo nos informa Ibne Khaldun, realizou-se outra grande expedição cristã ao arquipélago. Os "francos" (= europeus) atacaram os indígenas, pilharam os seus haveres e cativaram pessoas, que foram vender aos portos marroquinos. Êstes cativos entraram ao serviço do sultão, e aprenderam a língua árabe; por êles soube-se em Marrocos alguma cousa da civilização insular, e tal foi a fonte onde Ibne Khaldun colheu os dados, infelizmente tão concisos, que nos subministra (9).

A expedição relatada pelo historiador muçulmano não é com tôda a certeza a narrada por Boccacio, pois divergem em pontos fundamentais. Por essa época — 1340 a 1350 — realizaram-se várias viagens de europeus ao arquipélago. Duas delas são-nos conhecidas pelos livros da chancelaria de Maiorca, onde ficaram registadas as nomeações para os comandos das frotas. "Cinco meses apenas sôbre o regresso da, tão falada em Sevilha, expedição de 1341, o lugar-tenente do rei de Maiorca concedia a Francisco Desvalers a capitania de uma expedição que se dirigia às ilhas de Fortuna "noveylament trobades". Dias depois, a um Domingo Gual e outros, fazia o dito lugar-tenente uma concessão semelhante para irem "a las ylles noveylament trobades a les parts de ponent". Dez anos mais tarde o papa Clemente VI nomeia o primeiro bispo das Canárias. Em 1369 o sumo pontífice recomenda aos bispos de Barcelona e Tortosa uns religiosos que se propõem ir às Canárias, prova de que a Catalunha e Maiorca constituíam então focos de navegação para o arquipélago. Um catalão Jacme Ultzina, é feito em 1394 bispo de Canária. Oito anos atrás Pedro III de Maiorca rogara ao papa protecção a uns eremitas que se propunham ir ao arquipélago com fito religioso.

Mas também de outros portos peninsulares se navegava para lá. Assim, temos notícia de que o biscaíno Martin Roiz de Avedaño foi às ilhas Canárias em 1377 (9a).

Na segunda metade do século XIV deve ter continuado a navegação italiana e castelhana, e até talvez portuguesa, para as Canárias. Fortunato de Almeida (10) e Edgar Prestage (11) falam mesmo de uma tentativa de conquista das ilhas Lançarote e Gomeira por Lançarote da Franca, almirante do rei de Portugal D. Fernando; a tentativa, de entre 1370 e 1376, ter-se-ia gorado devi-

---

(8). — Caddeo, *ob. cit.*

(9). — M C A A t. IV fl. 1340 v.

(9a). — Sôbre esta informação e o parágrafo que antecede veja-se a *História da Expansão Portuguesa*, I, 271-2.

(10). — *História de Portugal*, vol. III, págs. 759-80.

(11). — *Descobridores Portugueses*, pág. 30.

do à opposição armada dos indígenas e de castelhanos. Mas a autenticidade dos três documentos que nos fornecem tais informações suscita dúvidas que continuam por resolver.

Nesses documentos aponta-se como causa do fracasso da tentativa de Lançarote a opposição dos indígenas e de castelhanos. A leitura da *História do Primeiro Descobrimento das Canárias* sugere igualmente que por volta do fim do século XIV e principio do século XV os castelhanos, sobretudo de Sevilha, frequentavam assiduamente o arquipélago; parece que iam à ilha de Lobos caçar lobos marinhos, mas também visitariam outras ilhas para obter cativos e mercadorias (12). Em 1393, cinco naus de Sevilha, capitaneados por Gonçalo Peraza Martel, tinham saqueado Lançarote, regressando com grande despojo (*Hist. Exp. Port.*, I, 272). E em relação com esses meios de Sevilha nos aparece o primeiro conquistador quatrocentista das Canárias. Do pôrto de La Rochelle partem, em 1 de Maio de 1402, o cavaleiro e barão normando Jean de Béthencourt e o cavaleiro Gadifer de la Salle, em um ou dois navios; passam por Cádiz, onde se detêm algum tempo, e daqui aportam, ao fim de oito dias, à ilha de Graciosa, desembarcando em Julho na ilha de Lançarote; consigo traziam mulheres francesas. Nesta última edificam o castelo de Rubicon e estabelecem amizade com o rei e os nativos. Béthencourt regressa a Espanha a fim de obter refresco de mantimentos e socorro de gente e armas; como estava muito na graça do rei de Castela, presta-lhe homenagem e consegue a concessão do senhorio das ilhas, e do direito do quinto das mercadorias que de lá viessem para Espanha, além de um auxilio de 20.000 maravedis. Entre os seus direitos senhoriais ficou a contar-se o de cunhar moeda nas Canárias. Entretanto, Gadifer organizava uma expedição e dava a volta pelas ilhas de Forteventura, Grã-Canária, Gomeira, Ferro e Palma, numa viagem que durou três meses e em que se combateu com os indígenas, se fizeram cativos e se exploraram as ilhas. Jean de Béthencourt volta para Lançarote e então empreeende-se a sistemática cristianização da ilha. Em 1404 efectua-se a demorada conquista de Forteventura, com a construção de dois castelos. No ano seguinte, o barão normando vai a França, levando consigo 3 canários e uma canária para que aprendam os costumes franceses e depois os ensinem aos nativos; reúne 160 homens de armas, alguns

(12). — Cap. IX: o navio Morella comandado por Francisco Calvo, está fundeado na ilha de Lobos em 1402 (pág. 9-10). Cap. XI: o navio Tajamar, de Fernando de Ordoñez, chega passados dias à ilha Graciosa (pág. 11). Cap. XIV: o rei indígena de Lançarote, aprisionado à traição pelos normandos, consegue fugir pela sexta vez de mãos cristãs (pág. 14). Cap. XXX: Jean de Béthencourt, ao vir de França pela primeira vez para as ilhas, trouxe consigo um canário para servir de intérprete (pág. 30). Cap. XL: Gadifer encontra na Grã-Canária o testamento de 13 cristãos que aqui morreram em 1391, depois de terem habitado na ilha sete anos (pág. 41). Cap. XLII: a ilha do Ferro está quasi despovoada em 1402 porque os cristãos costumavam salteá-la para fazer cativos — só nesse ano foram raptados 400 nativos (pág. 42).

dos quais levam as mulheres, e um certo número de artífices e lavradores que irão civilizar as ilhas em tôdas as artes e ofícios. Desta vez conquistam-se mais as ilhas da Palma e do Ferro, e nesta última estabelecem-se 120 casais de colonos; em Lançarote e Forteventura ficaram as famílias de mesterais. Jean de Béthencourt organiza as ilhas colonizadas e manda que se guardem na medida do possível, os costumes de França e Normandia (13). Em ambas estas ilhas se edificaram e funcionaram duas igrejas. Em 15 de Dezembro de 1405 o barão normando regressou definitivamente ao país natal: a Guerra dos Cem Anos, com a ocupação da Normandia pelos ingleses, obstou-o de enviar reforços e manter relações com as ilhas, cujo senhorio alienou em 1418.

A conquista das Canárias por Jean de Béthencourt foi narrada pelos dois capelães que o acompanharam, Pierre Bontier, franciscano, e Jean Le Verrier, presbítero. A obra deve ter sido composta, pelo menos em grande parte, ainda em vida do conquistador, mas contém aditamentos posteriores à sua morte (1425) — poder ser, aliás, que apenas as duas ou três últimas páginas. É, cronologicamente, a terceira fonte de interesse etnográfico em relação às Canárias. Descrevem-se sistematicamente as ilhas Lançarote, Lobos, Forteventura, Grã-Canária, Tenerife, Gomeira, Palma e Ferro: quer dizer, todo o arquipélago, com a excepção sem importância da Allegranza e da Graciosa. A descrição assenta na observação directa, e numa observação directa não ocasional, fugaz, mas sim que durou alguns anos, como fruto de estadia prolongada nas ilhas e contactos íntimos e constantes com os seus habitantes. Sem dúvida, é o ponto de vista dos conquistadores, e relativo a uma data em que já há bem mais de meio século as Canárias estavam em relação com a Cristandade, tendo mesmo sido ocupada a ilha de Lançarote durante vários anos ou até mais de uma década. Em todo o caso, não parece difícil determinar com alguma precisão em que consistiram êsses contactos: ocupação da ilha de Lançarote, caça regular aos lobos marinhos na ilha de Lobos, saltar de certas ilhas (especialmente Ferro) para cativar escravos, comércio com a ilha de Lançarote e possivelmente com a de Forteventura e outras (ou melhor, aquisição pelos cristãos, *pe-los mais variados meios*, de sangue de dragão, sêbo, peles, urzela). A situação da economia e sociedade indígenas alterou-se com certa profundidade devido à conquista e colonização de Lançarote, Forteventura e Ferro de 1402 a 1405. Por conseguinte, as fontes posteriores já não podem ter o mesmo valor que a *História do Des-*

---

(13) — O relato que fazemos resume o livro de Jean Le Verrier e Pierre Bontier. Os acontecimentos aparecem também referidos em Zurara, *Crónica da Guiné* (cap. LXXIX), em Diogo Gomes, em Valentim Fernandes (que segue Zurara e Gomes) e em João de Barros (cap. XII, Livro I, Década 1), que segue Zurara.

Cf. Charles La Roncière: *Histoire de la Découverte de la Terre*, pág. 87-8.

*cobrimto e Conquista das Ilhas Canárias*: esta obra ocupa assim uma posição excepcional. Mas as suas indicações de carácter económico-social são mais vagas e menos abundantes do que as de descrições mais tardias.

Ao regressar definitivamente a França, em fins de 1405, Jean de Béthencourt deixou como capitão das ilhas o sobrinho Maciot; êste depois conquistou a Gomeira com o auxilio dos castelhanos, que sempre o continuaram a prover do necessário; como o tio, Maciot reconhecia a soberania do rei de Castela (14). Em 1424 ou 1425 Portugal organizou uma armada, em que foram 2.500 homens de pé e 120 de cavalo; o comando coube a D. Fernando de Castro. A frota atacou a Grã-Canária, mas a tentativa fracassou, parece que à minguia de mantimentos embora se realizasse a conversão de parte dos indígenas; no ano seguinte Castela opôs-se a novo empreendimento (15). Catorze anos depois D. Fernando de Castro comandou nova frota que foi às Canárias, sem resultados positivos (*Archivo Historico Portuguez*, vol. I, págs. 346-7). Mas em 1447 o Infante D. Henrique contratava com Maciot de Béthencourt a compra do senhorio da ilha de Lançarote, a trôco das saboarias e outras rendas da Madeira; e Antão Gonçalves foi tomar posse da ilha em nome do Infante e aí permaneceu algum tempo; Castela, porém, interveio novamente, alegando que o donatário não tinha poderes para vender o senhorio e jurisdição, de direito pertencentes à coroa castelhana; e D. Henrique desistiu (16).

A *Crónica dos Feitos de Guiné*, que consagra quatro capítulos à descrição das Canárias, é já posterior a êstes acontecimentos. Mas é muito provável que tais capítulos figurassem já na *Crónica de Cerveira*: na verdade, Zurara declara segui-lo no que respeita ao Infante D. Henrique ter requerido a el-rei os direitos de Canária em 1446 (cap. LXXXV). Se assim for, tal descrição data o mais tardar de 1446. Ignoramos, no entanto, as fontes que Cerveira utilizou. O cronista descreveu apenas quatro das ilhas: Grã-Canária, Gomeira, Tenerife e Palma; mas dá o cômputo da população de Lançarote, Forteventura e Ferro. Quere dizer: a descrição incide sôbre as ilhas que ainda não estavam conquistadas e cristianizadas — aquelas que Portugal cobiçava. É sintomático que, embora no cap. LXXIX se fale na conquista e cristianização parcial da Gomeira por Maciot e pelos castelhanos, no cap. LXXX a ilha nos apareça ainda inteiramente pagã e sem civilização: será que Cerveira incluiu na sua *Crónica* uma descrição anterior a tal acontecimento? É muito possível, e aventaria até que essa descrição precede a tentativa portuguesa de 1424: quem sabe se não é a compilação das informações colhidas para preparar tal empresa

(14). — Zurara, *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX, e João de Barros, *Década I*, Livro I, cap. XII.

(15). — *Idem*, *idem*.

(16). — *Crón. da Guiné*, cap. XCV, e Barros, cap. XII.



(lembramo-nos de Ceuta)? A corroborar tal assêrto, está a circunstância de que nunca se omite a referência às armas e forma de peleja dos nativos das quatro ilhas, o que de suma maneira interessava para uma expedição militar. Como o cronista se mostra bem informado dos feitos de Jean de Béthencourt, poder-se-ia supor que conhecia a obra de Bontier e de Le Verrier; esta hipótese é absolutamente contraditada por uma comparação entre os dois monumentos; focam aspectos diversos: baste apontar que os dois capelães não descrevem o armamento e peleja, nem as formas de família e relações sexuais dos canários, temas prediletos da *Crónica da Guiné*. Para as questões económicas, é a obra de Cerveira-Zurara a mais importante de tôdas.

Em 1455, na sua viagem para a Guiné, Alvise da Cada Mosto passou pelas Canárias e esteve nas ilhas Gomeira e Ferro, ambas já de cristãos. Quere dizer que entretanto se devem ter passado na Gomeira os acontecimentos referidos por Valentim Fernandes: os canários mataram o capitão cristão, o que determinou nova conquista com expulsão de todos os indígenas da ilha (17). Cadamoto dá-nos informações gerais sôbre o arquipélago e seus habitantes, e descreve em especial a ilha de Tenerife. Além da observação directa — restrita —, qual é a origem das suas informações? Com certeza, o que lhe contaram os marinheiros portugueses e os cristãos das duas ilhas que visitou; êstes conheciam os costumes das ilhas dos idólatras da seguinte forma: costumavam ir salteá-las para fazer cativos (que depois vendiam como escravos em Espanha), e às vezes alguns cristãos ficavam prisioneiros dos indígenas, que, em vez de os matarem, os utilizavam como magarefes, profissão entre elles a mais vil (18).

Em *De Insulis Primo Inuentis In Mar Oceano Occidentis* Diogo Gomes enumera as ilhas Canárias, indica as que permanecem idólatras e descreve precisamente estas, que são: Grã-Canária, Tenerife e Palma. Como Diogo Gomes várias vezes navegou para a Guiné, é natural que tenha visitado o arquipélago, embora o não indique expressamente. As suas informações, de interêsse para o estudo das crenças e costumes, mal aludem ao aspecto económico ou nem o chegam a fazer, o que tira a esta fonte quási tôda a importância para o escôpo que marcámos.

Na coletânea de Valentim Fernandes vem inserta uma descrição das ilhas do mar oceano, por aquele impressor elaborada. É já obra muito tardia, pois data do segundo lustro do século XVI: Alonzo de Lugo conquistara Tenerife e Palma, em 1495 e 1496. Esta descrição justapôe o que se lê em Zurara e em Diogo Gomes, por vezes em forma abreviada; todavia acrescenta informações relativas a acontecimentos posteriores àquelas fontes e indicações de

(17). — O Manuscrito, fol. 154 r (pág. 104).

(18). — Navegação Primeira, cap. V.

carácter económico que nelas não figuravam (mas que em grande parte representam resultados subsequentes da colonização cristã). A descrição da ilha do Ferro é inteiramente nova, bem como a de Forteventura. Afigura-se-me muito plausível que Valentim Fernandes colhesse tais dados durante a sua estada em Sevilha, o pórto de mais activo comércio com as Canárias.

Já em meados do século XVI, consagrou João de Barros um capítulo (o XII) do livro I da Década I às Canárias; a primeira parte historia as relações dos cristãos com as ilhas e as disputas àcerca do seu senhorio até fim do século XV, o que completa útilmente as informações de Valentim Fernandes; mas na segunda parte, descritiva-etnográfica, limita-se a reproduzir o que dissera Zurara, carecendo por isso de todo o valor como fonte.

Não conhecemos documentos diplomáticos portugueses do século XV que possam elucidar qualquer aspecto económico da vida insular. Para tal não servem decididamente a carta régia de 3 de Fevereiro de 1446, que concede a D. Henrique o exclusivo da navegação para as Canárias (da qual só se extrai que os portugueses as frequentavam para comércio e pirataria), nem a carta henriquina de 9 de Março de 1448, àcerca do pagamento das rendas a Maciot Béthencourt (19).

---

(19). — Podem ler-se em *Documentos sôbre a Expansão*, vol. I, cap. VI.

## CAPÍTULO II

### AS PRIMEIRAS ILHAS CONQUISTADAS PELOS EUROPEUS: LANÇAROTE, FORTEVENTURA, LOBOS, FERRO

O arquipélago das Canárias dispõe-se, grosso modo, na direcção do paralelo, entre 27° e meio e 29° e meio de latitude setentrional, quer dizer, desde as alturas do *ued* Assaca, ao Norte, até às do *ued* Seguiet-el-Hamra, ao Sul; cabe entre os meridianos de 16° e 21° de longitude ocidental, ficando a ilha de Forteventura apenas a 100 km do Cabo Jubi. Compõe-se o arquipélago de sete ilhas e cinco ilheus, que se chamavam, segundo João de Barros: Alegrança, Santa Clara, Graciosa, Lançarote, Lobos, Forteventura, Roque, Grã-Canária, Inferno (ou Tenerife), Gomeira, Palma e Ferro (20). As três primeiras (21), a quinta e a sétima são pequenas e despovoadas.

De formação vulcânica, com amplas crateras — “caldeiras” — centrais onde a actividade eruptiva não se extinguiu por completo em algumas das ilhas, gozam de clima temperado graças ao alisado do Nordeste no verão, conquanto o *sirocco* do Sáara atinja o grupo levantino, que do deserto recebe também nuvens de gafanhotos e tempestades de areia. A influência saariana repercute ainda na vegetação “sobretudo nas ilhas orientais, onde dominam as plantas gordas e os arbustos espinhosos. As grandes eufórbias cactoides, os dragoeiros (*Dracaena*) são muito característicos. Na zona média húmida subsistiram alguns trechos de florestas de *Laurus nobilis*, de *Pinus canariensis*, de *Erica arborea*, outrora mais extensos. Mais alto mostram-se giestas brancas, os *retem*” (22).

Povoadas por berberes denominados *quanchos*, as Canárias, conquanto de onde a onde recebessem a visita de algum barco europeu ou norte-africano, permaneceram praticamente isoladas até o século XIV, fóra de qualquer das rotas de navegação habituais, e só na era de Quatrocentos passariam à escala do tráfico marítimo. Daí o carácter anacrónico da sua civilização, o terem cristalizado no estado que Morgan e Childe designam por “barbárie”. Ignorava-se por completo a metalurgia; mas a forma de existência era a sedentariedade, consistindo a actividade económica na agricultura, pastoreio e recolção. Ibne Khaldun nos seus *Prolegómenos*

(20). — Década I, Livro I, cap. XII.

(21). — Diogo Gomes.

(22). — Bernard, II, 387-8.

(fins do século XIV) deixou-nos ótima definição da situação dos insulares, aurida nas informações de alguns cativos: "Contavam, entre outras cousas, que cavam a terra com cornos para a semear, e que o ferro é desconhecido no seu país; alimentam-se de cevada, e o seu gado consiste em cabras; combatem com pedras que arremessam; prosternam-se diante do sol ao nascer e não conhecem religião revelada nem foram catequizados por qualquer missão religiosa" (23). Estes dados reportam-se essencialmente às três ilhas maiores — Forteventura, Grã-Canária e Tenerife —, todavia valem em conjunto para todo o arquipélago. É de notar, porém, que as pesquisas de Verneau revelaram que "os guanchos da ilha do Ferro possuíam o segredo de uma escrita hieroglífica" (24).

A primeira ilha que os europeus frequentaram regularmente e colonizaram foi a de Lançarote, que os naturais chamavam Tite Roy-gatra (25). Esta ilha não é descrita na narração de Boccacio, de 1341; a primeira descrição que dela possuímos pinta-a ao dealbar a era quatrocentista, a quando da sua conquista pelos normandos; quere dizer que nos é impossível determinar o estado da economia e da sociedade indígenas antes da penetração cristã ou independentemente dela. Ignoramos como é que Lanzarotto Malocello se estabeleceu na ilha e qual a amplitude da sua colonização, e, por conseguinte, quais as transformações económico-sociais que daí decorreram.

Parece, porém, que a ilha de Lançarote era muito povoada no século XIV. Com efeito, Jean de Béthencourt e os seus companheiros encontraram ainda muitas aldeias, mas algumas com a população diminuída e outras abandonadas. Bontier e Le Verrier atribuem o ermamento à acção dos corsários espanhóis e de outras nações, que por muitas vezes saquearam a ilha e arrebataram numerosos cativos (26); a explicação é plenamente verossímil. Em 1402 a sua população não ultrapassava 300 habitantes, segundo o cômputo dos invasores (27). Na *Crónica da Guiné*, que se reporta já a alguns anos depois da conquista e colonização da ilha, escreve-se que tem 60 homens (cap. LXXIX); deve entender-se este número como indicação unicamente dos guerreiros e não de todos os moradores (como revela o confronto entre os números do mesmo capítulo e os do cap. LXXXII no que respeita à ilha de Gomeira). O estabelecimento dos normandos na ilha não parece ter-se efectuado por meios muito violentos, porquanto não encontraram opposição (o que denota que os nativos já se tinham acostumado à presença de cristãos). Mas logo passado pouco tempo, no intervalo da primeira ida de Béthencourt a Espanha, Bertin de Berneval

---

(23). — M C A A, t. IV fl. 1340 v.

(24). — La Roncière, *Hist. Déc. de la Terre*, p. 88.

(25). — Bontier e Le Verrier, cap. LXXI (pág. 75).

(26). — Idem.

(27). — Idem, cap. XLIII (pág. 43) e LXXI (pág. 75).

atraíça a fidelidade ao capitão Gadifer de La Salle e, rompendo os compromissos com os indígenas, apodera-se cavilosamente do rei e mais 23 insulares (28); o rei conseguiu escapar, mas os restantes cativos seguiram para Cádiz e foram vendidos em Aragão (29). Esta deslealdade quebrou a confiança dos indígenas nos cristãos e levou-os a afastar-se (cap. XXIX, pág. 29); como consequência, reatou-se a guerra e os canários refugiaram-se nos montes e cavernas (cap. XXXIII, págs. 32-3); Gadifer chega a conceber o projecto de matar todos os homens e só deixar com vida as mulheres e crianças (cap. XXXIV, pág. 33), e pelo menos intervem nas lutas políticas pela realza entre as facções indígenas (cap. XXX, pág. 30). A pacificação não demorou, porém, muito tempo (estava terminada em 1403), e com ela progrediu celeremente a cristianização, que Béthencourt organizou sistematicamente ao regressar ao fim de uma ausência de alguns meses. Daí por diante as relações dos intrusos com os naturais caracterizaram-se pela brandura e compreensão, não mais se registando violências. Em 1404, os indígenas de Lançarote combateram já ao lado dos normandos contra os indígenas de Forteventura (30).

Inicialmente, o número de normandos que vieram fixar-se em Lançarote foi com certeza baixo. Béthencourt e Gadifer partiram de La Rochelle com um ou dois navios e parece que 80 marinheiros, dos quais 27 lhes fugiram em Cádiz (cap. III, pág. 4). Mas logo nesta primeira leva seguiram também mulheres francesas, pois nelas nos falam ao relatar a traição de Bertin de Berneval (31). Os que primeiro vieram deviam ser exclusivamente cavaleiros e servidores, além dos dois capelães, e não lavradores ou mesteiros. Em 1405 é que Jean de Béthencourt vai a França buscar colonos que desenvolvam na ilha a agricultura e as artes e ofícios, bem como refôrço de guerreiros para prosseguir a conquista. Passados quatro meses regressava, acompanhado de 160 homens de peleja, 23 dos quais traziam as mulheres, e umas dezenas de famílias de lavradores e artifices (32). Dêste afluxo de colonos não podemos, contudo, determinar qual o número dos que ficaram em Lançarote. É natural pensar que a vinda de colonos mais do que compenhou a diminuição do número de indígenas provocada pela conquista. No fim do século XV ainda continuava a falar-se em Lançarote o dialecto normando (33).

A ilha de Lançarote é em grande parte plana, só escabrosa de entrar do lado da ilha Graciosa (34). Apresenta-se nua de arvoredo (35), só com pequenos arbustos que dão um leite no sé-

(28). — Idem, cap. XII (pág. 12-3).

(29). — Idem, cap. XXV (pág. 24).

(30). — Idem, cap. LXXIII (pág. 78).

(31). — Idem, cap. XVII (pág. 16).

(32). — Idem, cap. LXXIX (pág. 90-1) e LXXXV (pág. 101).

(33). — La Roncière, *Hist. de la Découverte de la Terre*, pág. 88.

(34). — Bontier e Le Verrier, cap. LXXI (pág. 75).

(35). — Idem; V. Fernandes, fol. 148 v (pág. 101); "Aruoredo tem nenhum."

culo XV considerado muito medicinal (36). Não se encontram rios nem ribeiras, e por isso o problema da água teve de ser resolvido pelos homens pela utilização das fontes e escavação de poços (que são de boa água). Construíram-se cisternas e foi-se ao ponto de fazer canos para condução da água da serra para as planícies, recolhendo-a num lugar como estanque (chamado Maretas); esta água bastava para a criação de gado (37). Parece que tais obras existiam já, pelo menos em parte, antes da vinda dos franceses, porquanto Gadifer, ao acender-se a guerra com os indígenas, destruiu fontes e cisternas (bem como lavras) e não é muito plausível que tivessem sido os guerreiros a ensinar como a cousa se fazia; mas durante o século XV, com a colonização por lavradores e mesteiros, com certeza tais construções hidráulicas foram aperfeiçoadas, até se chegar ao que Valentim Fernandes descreveu.

Bontier e Le Verrier declaram que Lançarote é abundante de pastos (cap. LXXI, pág. 75). A criação de gados tinha de facto muita importância, consistindo sobretudo em cabras, conforme se lê em Valentim Fernandes (fol. 146 v, pág. 101). Cadamosto confirma que existiam muitas cabras em meados de Quatrocentos (*Navegação Primeira*, cap. V). No fim do século XV havia também muitos coelhos, mas mais nenhuns animais (38).

As terras da ilha prestavam-se a boa lavoura, na apreciação dos dois capelães; mas, pela sua natureza, não davam para a sementeira de trigo (embora a houvesse), esclarece o impressor de Morávia. A grande produção consistia em cevada (39). De cevada fazia-se por isso bom pão, consoante informam Bontier e Le Verrier (cap. LXXI, pág. 75). Ignoramos se antes do estabelecimento dos normandos, os indígenas saberiam já panificar os cereais; nas outras ilhas que mais tempo permaneceram idólatras não conheciam a arte da panificação, mas em Lançarote podiam ter aprendido com os genoveses de Malocello no século XIV.

Estas produções condicionavam o regime alimentar. Sabemos por Cadamosto (meados do século XV) que a alimentação dos habitantes de Lançarote (já todos cristãos) se compunha de pão de cevada, carne de cabra e leite de cabra. Não tinham trigo, a não ser quando o importavam, nem vinho, e a fruta era pouca (40). A ilha era bem provida de sal, lê-se no cap. LXXI da *História* de Bontier e Le Verrier (pág. 75). É natural que a alimentação

---

(36). — Bontier e Le Verrier, *idem*.

(37). — V. Fernandes, fol. 146 v (pág. 101): "Esta ilha he sem ribeyras dagoa porem tem pouços de boa agoa. E assim os moradores della fizerõ como canos amtre as serras pera vijr a agoa toda pera baixo a hum lugar como estanque em q se recolhe toda a agoa daquellas serras".; Bontier e Le Verrier, *idem*.

(38). — V. Fernandes, pág. 101: "...nesta ilha ha grãdes criações de cabras."; "Ha nesa ylha muytos coelhos e nenhuum outro animal."

(39). — *Idem*: "As mais de suas sementeyras he de ceuada por q tem pouco trigo por causa da terra."; Bontier e Le Verrier, cap. LXXI (pág. 75).

(40). — *Navegação Primeira*, cap. V.

antes da conquista só diferisse do que veio a ser posteriormente em não ter (?) pão, utilizando papas de cevada em sua vez.

No começo de Quatrocentos, os nativos do sexo masculino andavam nus, só com uma espécie de capa que dos ombros descia até os joelhos; as mulheres vestiam uma como que opalanda de pele (certamente de cabra) que lhes chegava até os pés (41).

Da organização da sociedade insular quâsi nada sabemos. Parece que um rei presidia a tôda a ilha com as suas numerosas aldeias. As fontes não nos falam em divisão em bandos, como para as outras ilhas. Estava constituída a família na base da polian-dria: a mulher tinha geralmente três maridos; êstes alternavam as funções conjugais consoante os meses; o homem que ao fim de um mês de relações sexuais cede o seu lugar a um dos dois outros maridos passa a servir no mês seguinte, juntamente com o terceiro que não entrou em função conjugal, como criado da mulher (42). A existência da realeza e o que se passava no resto do arquipé-lago sugerem-nos que a sociedade se hierarquizava provavelmente em famílias nobres e gente comum: mas as fontes emudecem a tal respeito. Também ignoramos qual a constituição da propriedade antes da invasão normanda.

Jean de Béthencourt parece ter introduzido na ilha o regime senhorial, mas em forma mitigada. A partir de então houve certamente cavaleiros e lavradores, os primeiros vivendo nos castelos. A administração da justiça ficou confiada a dois alcaides (43). O conquistador procedeu a uma distribuição das terras, contemplando com melhor quinhão os seus normandos do que os indígenas (o que os dois capelães achavam de inteira justiça). O rei indígena ficou com um solar e 300 ou 400 acres de terra de lavoura (44). Cada colono recebeu uma casa e terras, pelas quais esteve isento durante 9 anos, findo o qual prazo passou a pagar o quinto de dinheiro, gado e cereais. Para os curas pagavam os moradores 1/30 (45). A maior porcentagem das rendas a que o senhor tinha direito ficou destinada durante cinco anos à construção de igrejas.

Com o domínio normando, a ilha de Lançarote deixou de ser salteada e de constituir, portanto, centro de abastecimento de escravos, e integrou-se, durante as primeiras décadas do século, no tráfico europeu corrente. A urzela crescia em abundância pela ilha, dando-a a terra sem cultivo (46); como tinha grande importância na indústria de tinturaria dos panos, e por isso valia muito (47), constituiu primacial mercadoria de exportação. Jean de Béthencourt

(41). — Bontier e Le Verrier, cap. LXXI.

(42). — Idem.

(43). — Idem, cap. LXXXV (pág. 102).

(44). — Idem, cap. LXXXVI (pág. 104-5).

(45). — Idem, cap. LXXXV (pág. 101).

(46). — Idem, cap. LXXXV e LXXI.

(47). — Idem, cap. XXXVI (pág. 36).

reservou para si o monopólio da urzela, que ninguém mais podia vender a não ser com sua autorização e pagamento de um direito (48). Cadamosto corrobora as primeiras informações dos companheiros do conquistador, mostrando o seu texto que continuavam a ser válidas algumas décadas mais tarde; por 1455 seguiam das Canárias grandes quantidades de urzela que afluíam a Cádiz e Sevilha e daqui eram distribuídas para Levante e Poente (*Navegação Primeira*, cap. V). Pelo navegador veneziano sabemos ainda que Lançarote exportava courama de cabras, grossa e muito perfeita, muito sebo e bons queijos de leite de cabra (*idem*). Mas já em 1402 os armadores de Sevilha mandavam a esta ilha buscar couros, sebo, urzela e sangue de drago (49), e tal comércio parece até anterior à conquista. Na ilha encontravam os navios dois excelentes portos, de segurança e bem utilizáveis (50). Por tôdas estas razões os capelães de Béthencourt esperavam que à ilha acorressem muitos mercadores e mercadorias (cap. LXXI, pág. 76).

Entre as ilhas de Lançarote e Forteventura situa-se o ilheu de Lobos, a uma légua de cada uma delas, segundo o cálculo de Valentim Fernandes (pág. 101). Esta ilha era deserta antes de 1402 (51), e despovoada permaneceu durante todo o século XV. Não havia água doce nem se produziam quaisquer mantimentos; quem aqui vinha estancear alguns dias para caça precisava de trazer consigo tôdas as provisões (52). Mas a ilha tinha grande importância económica. Efectivamente, era maravilhoso o número de lobos-marinhos que a ela acudiam; ora, a courama e o óleo dêstes anfíbios constituíam mercadorias muito estimadas (com as peles fabricava-se calçado) (53). Bontier e Le Verrier calculavam que as peles e a gordura dos lobos-marinhos desta ilha poderiam render por ano mais de quinhentas dobras de ouro (54). Para mais, a Sudoeste abria-se um bom pôrto para galés e naus; no começo do século frequentavam-no os navios dos armadores de Sevilha (55).

A duas léguas de Lançarote fica a ilha de Forteventura. É muito provável que fôsse a primeira ilha visitada pela expedição de 1341. Não parece, porém que os cristãos a tenham ocupado no século XIV, e foi só a segunda a ser conquistada por Jean de Béthencourt e Gadifer de la Salle. Nestas circunstâncias, podemos, graças a descrição de Boccacio e à *História do Descobrimento e Conquista das Canárias*, determinar as características económicas e sociais da ilha anteriormente ao estabelecimento europeu. Não

(48). — *Idem*, cap. LXXXV.

(49). — *Idem*, cap. XXXVI (pág. 36).

(50). — *Idem*, cap. LXXI. Valentim Fernandes fala só de um pôrto: "Tem porto e entrada ao noroeste." (fol. 148 r, pág. 101).

(51). — Bontier e Le Verrier, cap. XI (pág. 11) e LXXI (pág. 75).

(52). — *Idem*, XI (pág. 11).

(53). — A importância da caça ou pesca aos lobos-marinhos ressalta da *Crónica da Guiné*.

(54). — Bontier e Le Verrier, cap. LXXI (pág. 75). Cf. cap. XI (pág. 10).

(55). — Gadifer de la Salle viu a nau Morella, de Francisco Calvo, fundada na ilha de Lobos (*Idem*, cap. IX, pág. 9-10).



significa o que acabamos de dizer que tal quadro seja independente da interferência cristã: — certamente os europeus saltaram Erbania (nome indígena da ilha), aprisionaram cativos e até adquiriram os produtos insulares no decurso da era de Trezentos. Em todo o caso, a posição não é a mesma que em relação à ilha de Lançarote.

Os navegadores de 1341 viram a ilha de Erbania pedregosa e revestida de selvas, tôda salpicada de cabras. A pintura feita pelos capelães do conquistador é já mais discriminada. Parte da ilha está coberta de areia (56). Uma montanha parece que domina a paisagem; há aí uma fonte de água viva e corrente. Perto da serra, corre o riacho das Palmas: ao longo do seu curso alinham-se as palmeiras, muito cerradas. Abre-se depois um vale plano, sumamente delicioso, por onde serpenteiam vários arroios e em que se erguem mais de 800 palmeiras (57). Além dos bosques de tamareiras, junto aos riachos cresciam bosques de árvores que distilam uma goma branca mas cuja madeira não serve para construção; havia igualmente árvores de leite considerado medicinal e ainda de outras espécies, bem como zambujeiros e lentiscos (58). Um século mais tarde, Valentim Fernandes indica que "Esta ilha tem matos pequenos" e esclarece que "Esta ilha tem poucas agoas de ribeyras e salobras. E às mais das agoas sam de poços e boôs" (59). Estas indicações não contradizem o quadro anterior: também Bontier e Le Verrier afirmam de que por tôda a ilha se podem abrir poços de água salobra (60).

A vida económica antes da conquista normanda girava tôda à volta da criação de cabras: a sua abundância impressionou os florentinos, genoveses e espanhóis da expedição de 1341. Bontier e Le Verrier sublinham que há mais dêste gado miúdo em Erbania do que em qualquer outra ilha, e avaliam (de certo com forte exagêro) que se poderiam abater por ano 60.000 cabeças; os dois capelães deliciam-se com o proveito que adviria do metódico aproveitamento dessas cabras que rendem tanta gordura: aproveitar a carne e o sêbo daria por cabra 30 ou 40 libras (61). Num só ataque a uma aldeia de Erbania colheram os franceses 1.000 cabras (cap. LXXIV, pág. 80). Em meados do século, Cadamosto fala (*Navegação Primeira*, cap. V) da grande exportação de courama, sebo e queijo de cabra. Valentim Fernandes dirá mais tarde: "E cria muytas cabras e muytos coelhos" (fol. 148 r, pág. 101); mas os coelhos, que não são referidos pelas fontes anteriores, devem ter sido introduzidos pelos cristãos.

(56). — Idem, cap. LXX (pág. 73).

(57). — Idem, cap. XXXVII (págs. 37-8). Cf. Cap. V (pág. 6).

(58). — Idem, cap. LXX (pág. 73).

(59). — Fol. 148 r (pág. 101).

(60). — Bontier e Le Verrier, cap. LXX (pág. 74).

(61). — Idem.

Na ilha desdobram-se boas terras para lavrar (62). Não parece, contudo, que os indígenas se consagrassem à sementeira de cereais, embora seja provável que a realizassem em pequena escala no que respeita à cevada. Bontier e Le Verrier não incluem as papas de cevada na alimentação dos nativos de Erbania, prova de que, a existirem (o que me parece de aceitar), não desempenhavam papel de relêvo.

O regime alimentar baseava-se quasi exclusivamente na utilização da cabra. Segundo os dois capelães, a alimentação indígena constava de: carne secca (mas não salgada, pois nesta ilha não usam o sal) (63), que os franceses aliás achavam melhor e mais saborosa do que a de França; sebo, que os canários comiam como os cristãos comiam o pão; e queijos de leite de cabra, muitos e bons (64). Bontier e Le Verrier acentuam que os nativos se alimentam quasi só de carne (cap. LXXIII, pág. 78). Depois da conquista normanda, o pão de cevada veio adicionar-se a esta ementa, mas no resto a alimentação manteve-se igual (65).

O vestuário dos canários de Erbania resumia-se a peles de cabras, segundo a descrição da *História do Descobrimento das Ilhas* (cap. LXXVII, pág. 86). Mas os navegadores de 1341 afirmam que homens e mulheres andam nus. Para resolver a contradição entre os dois testemunhos, podem alvitrar-se duas hipóteses: progresso de civilização no decurso da segunda metade do século XIV (devido talvez a influência europeia através da ilha de Lançarote); ou generalização apressada por parte dos homens de Angelino del Tegghia e de Nicoloso de Recco: não teriam tido ensejo de observar que certos individuos usam ou que em certos estados ou situações se usam peles de cabras. O que se passava nas outras ilhas inclina-nos para a segunda hipótese.

Os indígenas eram de alta estatura. Os componentes da expedição de 1341 viram-nos "selvagens nos costumes e ritos" e não ousaram penetrar no coração da ilha com receio d'êles. Bontier e Le Verrier, que os consideram de entendimento duro, dizem que êles são muito guerreiros (66) e que difficilmente se deixam cativar (cap. LXX). Não tinham armamento defensivo, e como armas ofensivas utilizavam unicamente pedras que arremessavam e chuchos de pau (cap. LXXVII, pág. 86). Parece que o estado de guerra era endêmico na ilha, por isso coberta de como que castelos; os dois reis guerreavam-se constantemente (idem, pág. 86-7). Os indígenas tinham os seus templos, onde effectuavam sacrificios, e mostravam-se, no dizer dos dois capelães, muito apegados às suas crenças (67).

---

(62). — Idem.

(63). — Idem.

(64). — Idem.

(65). — Cadamosto, *Navegação Primeira*, cap. V.

(66). — Bontier e Le Verrier, cap. LXXIII (pág. 78).

(67). — Idem, cap. LXX (pág. 74).

Do estado social e organização da ilha antes da conquista sabemos só o que antecede, e que existiam dois reis, que entre si dividiam o senhorio de Erbania.

As operações normandas contra Forteventura tiveram como base a ilha de Lançarote. Logo durante a primeira estada de Jean de Béthencourt nesta ilha foi uma expedição à ilha vizinha; mas os nativos retiraram-se para o outro extremo de Erbania, e assim Gadifer e os companheiros permaneceram oito dias no interior sem incidentes, e aliás também sem contactos pacíficos (68). Após a chegada da nau com víveres e com 80 soldados de reforço que o barão normando enviou de Castela, Gadifer vai percorrer as ilhas e primeiramente desembarca em Erbania; interna-se em direcção ao riacho das Palmas, entra no vale das palmeiras e mais adiante trava combates com os indígenas aprisionando quatro mulheres, depois do que reembarca (69). Em 1404 é o próprio Jean de Béthencourt que vai atacar Forteventura e aqui faz cativos; permanece na ilha três meses, mandando construir uma fortaleza na encosta da montanha a uma légua do mar junto a uma fonte de água viva, no sítio chamado Rico Roque (70): ao saltar sucedia a conquista e ocupação. Pouco depois, uma pequena expedição que fôra reconhecer a Grã-Canária passa por Erbania e encontra aqui castelhanos que tinham desembarcado e estavam embuscados para fazer cativos (cap. LXIII, págs. 65-6). Mas neste ano Béthencourt regressa a Espanha e durante a sua ausência os nativos conseguem reconquistar e destruir o castelo (71). O donatário de Lançarote ainda voltou nesse mesmo ano e mandou reedificar a fortaleza de Rico Roque em 1 de Novembro de 1404 (72). As lutas prosseguiram, porém, e foram numerosos os recontros com os indígenas, embora êstes combatessem quasi só com pedras. Num ataque a uma aldeia conseguiram os franceses apoderar-se de 1.000 cabras: roubar o gado deve ter sido o mais eficaz método de guerra, dado o regime alimentar dos canários. Entretanto, erguia-se outra fortaleza, a de Baltarhayz ou Valtarjal, e Jean de Béthencourt enviava os indígenas cativos ou sujeitos para Lançarote, onde iam trabalhar na reparação de fontes e cisternas e na restauração das lavras que Gadifer se vira forçado a destruir (73). Mas já os próprios franceses tinham gado seu na ilha de Erbania, não sabemos se pastoreado pelos naturais (é de crer que sim). Com o prosseguimento da ofensiva, os dois reis e todos os indígenas oferecem a submissão, sendo aqueles batizados em 18 de Janeiro de 1405 (74). Situa-se em seguida a viagem do barão à Norman-

(68). — Idem, cap. IV e V (pág. 6).

(69). — Idem, cap. XXXVII-XXXIX (pág. 37-9).

(70). — Idem, cap. LXI (pág. 63).

(71). — Idem, cap. LXI (pág. 63) e cap. LXXIII (págs. 77-8).

(72). — Idem, cap. LXXIV (pág. 79).

(73). — Idem, cap. LXXIII, LXXIV e LXXV (págs. 77-82).

(74). — Idem, cap. LXXVII - LXXXIX (págs. 86-7).

dia e o seu regresso com novas tropas e com famílias de colonos, quer lavradores quer mesteiros. Não sabemos qual o número de famílias que se estabeleceram em Forteventura; as condições em que se deu aqui tal estabelecimento foram as mesmas que em Lançarote. Cada um dos reis recebeu igualmente um solar e 300 ou 400 acres de terras de lavoura. Os impostos foram os mesmos que na primeira ilha, e também ficaram 2 alcaides encarregados da justiça.

Qual a influência da conquista e da colonização na sociedade indígena? A luta foi áspera e não curta; é natural, por isso, que tenha reduzido o número de habitantes. Bontier e Le Verrier dizem que a ilha é pouco povoada; mas o povoamento era mais aglomerado do que em Lançarote: agrupavam-se em aldeias protegidas por castelos (75). Afigura-se-me plausível que esta forma de povoamento resultasse da ameaça da pirataria cristã e das constantes guerras entre os dois reis (e estas guerras teriam por fito fazer cativos para os vender aos cristãos?). Na *Crónica da Guiné* calcula-se o número de homens de peleja de Forteventura em 80 (76) — mais portanto, do que na ilha vizinha. Ora, num dos recontros contra Gadifer, pelejaram uns 50 indígenas (77). Ignoramos qual a contribuição da colonização francesa para o volume demográfico. No começo do século seguinte ainda se falava na ilha o dialecto normando (78).

Os colonos devem ter desenvolvido a agricultura e o sistema hidráulico, e sob a sua influência os indígenas de Erbania, como os de Lançarote e Ferro, realizaram grandes progressos na lavoura, que os dois capelães jubilosamente registam (cap. XCII, pág. 114). Aos intrusos se deve incontestavelmente o começo do fabrico de pão de cevada e sua inclusão generalizada na alimentação indígena, de que já Cadamosto foi informado em 1455 (cap. V da *Navegação Primeira*). Também é de atribuir aos colonos a introdução da criação de coelhos, muito importante no início do século XVI (79). Em meados de Quatrocentos a ilha exportava couroma, sebo e queijo de leite de cabra, bem como urzela (80). Em Erbania a urzela é muito abundante e veio a constituir, como em Lançarote, monopólio do donatário; os dois capelães não se cansam de lhe enaltecer o valor e chegam a afirmar que é a melhor planta que há em qualquer país (cap. LXX, pág. 73). A dificuldade que de algum modo cerceava o desenvolvimento comercial da ilha era a ausência de bons portos para naus grandes; os exis-

---

(75). — Idem, cap. LXX (pág. 74).

(76). — Idem, cap. LXXIX.

(77). — Bontier e Le Verrier, caps. XXXVIII e XXXIX.

(78). — Ch. La Roncière, ob. cit. pág. 88.

(79). — V. Fernandes (pág. 101).

(80). — Cadamosto, *Navegação Primeira*, cap. V.

tenças eram seguros sim, mas só serviam para embarcações pequenas (81).

A terceira ilha conquistada por Jean de Béthencourt foi a do Ferro, a mais ocidental e meridional do arquipélago. Como explicar que a conquista desse assim um salto por cima das restantes ilhas e não se tivesse firmado na Palma, onde já começara? É que, por um lado, os indígenas não navegavam (pelo menos regularmente) entre as diferentes ilhas, ao passo que os cristãos dispunham de fáceis comunicações marítimas; e, por outro lado, a ilha do Ferro tinha muito poucos habitantes quando o barão decidiu submetê-la. Parece que outrora fôra bem povoada, mas sofreu muitos cativos e invasões que a ermaram (82); os cristãos frequentavam-na como raptos de futuros escravos, e só no ano de 1402, segundo indicam Bontier e Le Verrier, foram cativos 400 indígenas (cap. XLII, pág. 42). Devido a ter sido muito saqueada, teria ficado deserta se não fôsse o afluxo de colonos franceses (cap. LXXXIV, pág. 100). Na *Crónica da Guiné* (cap. LXXIX) avalia-se a sua população em 12 homens de peleja: tratar-se-á em exclusivo dos sobreviventes indígenas ou haverá engano de número? Valentim Fernandes, caracterizando os nativos, diz que "os homens géticos della erã muy esforçados" e que por isso, e devido às dificuldades do terreno a ilha foi "muyto trabalhosa de ganhar" (fol. 156 r, pág. 106). A apreciação e a informação são tardias — de um século posteriores à conquista —, não sabemos onde o impressor de Morávia as foi beber, e não são confirmadas pela *História do Descobrimento e Conquista das Canárias*, que não fala do carácter bélico dos nativos nem deixa a impressão de que o subjugar a ilha tivesse sido particularmente custoso.

A ilha do Ferro "he de terra muy fragosa", consoante a descreve Valentim Fernandes (83); e esta descrição coincide com a de Bontier e Le Verrier, que no-la pintam bela e forte, sem portos bons nem entradas (84), de terreno áspero e quebrado até uma légua do litoral (85). Mas o interior é delicioso, coberto de imensos bosques verdejantes de pinheiros e loureiros (cap. XLII), o que o impressor de Morávia também nos diz: "Esta ilha tem muytos aruoreados" (fol. 156 r, pág. 106); as águas corriam em abundância e os dois capelães consideravam-nas deliciosas (cap. XLII e LXV) (86). Na ilha chove com frequência. Na parte mais alta da ilha há árvores que gotejam sempre um liquido claro e formoso, que no século XV se considerava bellissimo para beber (87), e de

(81). — Bontier e Le Verrier, cap. LXX (pág. 74).

(82). — Idem, cap. LXV (pág. 68), cap. XLII (pág. 42) e cap. LXXXIV (pág. 100).

(83). — Fol. 156 r (pág. 106).

(84). — Bontier e Le Verrier, cap. LXV.

(85). — Idem, cap. XLII (pág. 42).

(86). — V. Fernandes escreve: "Nõ tem ribeyras nem fontes dagoa" (pág. 106), o que parece ser engano.

(87). — Bontier e Le Verrier, cap. LXV (pág. 69); V. Fernandes, fol. 156 r (pág. 106).

que bebiam tanto homens como gados. E Valentim Fernandes descreve-nos que uma das árvores excede as outras em altura, e que no seu pé construíram uma espécie de tanque que recolhe as gotas e onde se vai reparar a sede; e esta árvore era sagrada para os indígenas (88). Esvoaçavam codornizes sem número, falcões, açores, cotovias e pássaros com plumas semelhantes às do faisão e corpo do tamanho de papagaio, de vôo curto (89).

Na ilha estendem-se bons campos para lavrar, que, na apreciação dos dois capelães, podem muito bem produzir trigo, vinho e outros frutos. E já no começo do século se colhia bastante trigo de várias classes (cap. LXV); cem anos mais tarde escreverá Valentim Fernandes: "Em esta ylha do Ferro naçe trigo e çeuada" (fol. 156 v, pág. 106). O desenvolvimento da lavoura deve atribuir-se em grande parte à acção dos colonos franceses, mas os indígenas deviam já semear os cereais anteriormente a 1402. A criação de gado miúdo era mais variada do que em Lançarote e Erbania: os nativos criavam cabras, ovelhas e porcos em elevado número (90). Esta actividade económica perdurou durante o século de Quatrocentos, pois o impressor de Morávia anotou que a ilha "tem muyto gado" (fol. 156 v, pág. 106). Além disso, segundo Cadamosto encontrava-se na ilha do Ferro "copia di asini salvatichi" (cap. V). Havia também frutas (91). Nestas condições, é de estranhar que Cadamosto, ao expor a alimentação dos habitantes das ilhas cristãs, a considere igual no Ferro ao que é em Lançarote, e Forteventura, tanto mais que o veneziano visitou precisamente aquela ilha e não estas duas.

Os indígenas não utilizavam os metais. As lanças — suas únicas armas, além das pedras — eram simples chuços de madeira, sem aste de ferro (92).

É provável que a expedição de 1341 visitasse a ilha do Ferro; mas não é fácil identificar concretamente qual o passo da descrição de Boccacio que se lhe refere. Na segunda metade do século XIV a ilha deve ter sido frequentemente salteada, a darmos crédito aos dois capelães franceses. Durante a primeira ausência de Béthencourt, Gadifer percorreu as ilhas para exploração geográfica, e esteve na do Ferro 22 dias (93). Mas a ilha só foi ocupada

---

(88). — V. Fernandes, fol. 156 r (pág. 106): "Tem huuma aruore em meio de outras muytas aruores, onde sempre mana nebrina. E he muyto alta mais q as outras e desta aruore mana agoa cõtinuadamente yverno e verão das suas folhas, ajnda q as outras aruores de sua calidade manem fãbem, porem esta mais q outra alguma. E de baixo desta aruore os moradores desta ilha tem feito huum çerco de parede como huum tanque em q se recolhe toda esta agoa de que se repayrã os moradores e gaados desta ilha. E he posta grãde guarda e pena de morte q nenhuum nõ corte ramo desta aruore. E esta aruore nõ tem nenhuuma feyça das nossas aruores porem se quer parecer acerca como a çerejyra."

(89). — Bontier e La Verrier, cap. LXV e XLII.

(90). — Idem.

(91). — Idem, cap. LXV.

(92). — Bontier e Le Verrier, cap. LXV.

(93). — Idem, cap. XLII (pág. 42).

depois da ida do barão à Normandia a buscar reforços militares e aliciar colonos — portanto, em 1405. Béthencourt permaneceu no Ferro três meses e os indígenas submetem-se ao seu senhorio; aliás, apesar da pacífica submissão, o conquistador reparte 31 nativos — incluindo o rei — como escravos entre os seus companheiros, a fim de satisfazer a sua cobiça e dispor de terras para distribuir à gente miúda que trouxera de França (94). Na ilha estabeleceram-se 120 famílias de lavradores franceses, isentos de impostos durante 9 anos e depois obrigados a pagar o quinto. Para administrar a justiça ficaram dois alcaides (95).

As exportações da ilha do Ferro eram, em meados do século XV, as mesmas que as das outras ilhas cristãs, segundo informa Cadamosto (cap. V da *Navegação Primeira*); portanto: courama, sebo e queijo de leite de cabra, e urzela.

---

(94). — *Idem*, cap. LXXXIV (pág. 99-100).

(95). — *Idem*, cap. LXXXV.

### CAPÍTULO III

#### AS ILHAS PAGÃS: GOMEIRA, GRÃ-CANÁRIA, TENERIFE E PALMA

As três ilhas de Lançarote, Forteventura e Ferro estavam conquistadas e completamente submetidas em 1405, e desde logo foram colonizadas por europeus e sofreram a cristianização com intensidade. Da *Crónica da Guiné* consideram-se estas ilhas plenamente cristãs, e o mesmo acontece na *Relação*, de Diogo Gomes, de algumas décadas posterior. Mas a conquista e cristianização do resto do arquipélago arrastaram-se lentas, por todo o século XV — o que significa também que nos é mais fácil conhecer a sociedade indígena na Gomeira, Grã-Canária, Tenerife e Palma. No decurso dessas décadas de transição, porém, a presença dos cristãos nas outras ilhas constitui um factor de perturbação: conta-nos Cadamosto (cap. V da *Navegação Primeira*) que os moradores das ilhas cristãs têm por costume andar com as suas fustas a assaltar de noite as ilhas idólatras para aprisionar canários, que enviam para Espanha para serem vendidos como escravos.

Jean de Béthencourt não tentou sequer conquistar a Gomeira. Na viagem de exploração pelo arquipélago que efectuou durante a primeira ausência do seu senhor, Gadifer esteve naquela ilha e aí aprisionou três canários (96). E até o regresso definitivo do barão à Normandia não se torna a falar em visita ou ataque à Gomeira. Maciot de Béthencourt, que ficou como capitão das ilhas ocupadas, trabalhou por conquistar a Gomeira com o auxílio de castelhanos (97), parece que ainda em vida do tio (98), possivelmente entre 1418 e 1420, isto é, entre a alienação das ilhas ao Conde de Niebla e o aprisionamento de Maciot pelos armadores sevillhanos Las Casas. Mas não puderam concluir a conquista, embora conseguissem cristianizar parte da população (99). Em 1445 três caravelas portuguesas aportaram à ilha de Gomeira; e Zurara escreve: "na qual, querendo sair em terra, viram muitos canários, dos quais houveram segurança antes que de todo saíssem de seus bateis. Os canários lha outorgaram sem nenhuma referta, como homens que tinham suas vontades mais inclinadas a lhe aproveitar que a empecer. Ali chegaram logo dois capitães daquela ilha, di-

(96). — Bontier e Le Verrier, cap. XLI (pág. 41).

(97). — *Crónica da Guiné*, cap. LXXIX; cf. Barros, *Década I*, Livro I, cap. XII.

(98). — Barros, *idem*.

(99). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX.



zendo como eram servidores do Infante D. Henrique, e não sem grande razão, que eles foram já em casa de El-Rei de Castela e de El-Rei de Portugal, e que nunca em algum dêles acharam as mercês que depois houveram do Infante D. Henrique; que sendo em sua casa acharam em êle mui bom acolhimento, enquanto em ela estiveram; e enfim, que os vestira mui bem, e os mandara em seus navios para sua terra, pelo qual eram muito prestes para todo seu serviço." Os portugueses propuzeram-lhes irem em conjunto saltar a ilha da Palma, ao que os canários de bom grado acederam. E Piste, um dos capitães (o outro chamava-se Bruco) foi também na expedição, e os indígenas da Gomeira combateram ao lado dos portugueses contra os indígenas da Palma. A certa altura lê-se: "Porém os cristãos, assim portugueses como os canários..." (100). Os atacantes regressaram pela Gomeira e os portugueses levaram à traição 21 dos seus aliados para Portugal como cativos, mas o Infante mandou-os de novo em liberdade para a sua ilha nativa. Mais tarde o capitão Piste e alguns dos seus canários vieram a Portugal e parece que por cá ficaram, aqui falecendo (101). Alvaro Dornelas e João Dornelas foram igualmente à Gomeira pedir auxilio para um assalto à ilha de Palma, e de novo os indígenas concordaram com boa vontade; depois do ataque voltaram à Gomeira e Alvaro Dornelas ficou na ilha, ao passo que o primo regressava a Portugal (102). Segundo Diogo Gomes, êste Álvaro Dornelas comandou algumas caravelas do Infante que em 1448 (a data é indicada por Valentim Fernandes) foram atacar a Gomeira, e conquistou e teve algum tempo em seu poder metade da ilha (103). Em 1455 Cadamosto esteve na ilha de passagem para a Guiné, e apresenta-no-la habitada e governada por cristãos, sem esclarecer se indígenas, se castelhanos (mas subordinados ao castelhano Ferreira: no intervalo dera-se o colapso das pretensões henriquinas). Mas a cristianização parece que não era integral: efectivamente, Diogo Gomes indica que cêrca de metade da população é cristã e a outra metade continua idólatra. Entrado o último quartel do século, os nativos revoltaram-se e mataram o cavaleiro Pero de Vera, capitão cristão da ilha; os espanhóis conseguiram, porém, reconquistá-la, e parece que dela expulsaram os canários (104).

Chegaram até nós duas descrições que nos pintam o estado da ilha antes da definitiva ocupação pelos cristãos, e a primeira reporta-se até à fase que precedeu qualquer tentativa europeia de

---

(100). — Idem, cap. LXVIII.

(101). — Idem, cap. LXIX. Zurara viu-os no Algarve, em casa de D. Henrique.

(102). — Idem, cap. LXXXV.

(103). — Cf. V. Fernandes, fol. 154 r (pág. 104).

(104). — V. Fernandes, fol. 149 r — nota à margem (pág. 101) e fol. 154 r (pág. 104).

conquista. Não sabemos por que razão, Diogo Gomes não descreve a Gomeira.

A paisagem da Gomeira caracteriza-se por barrancos grandes e profundos. “E he terra de muytas agoas e boas porê doentya em sy de febres” (V. Fernandes, fol. 154 r, pág. 104). Existem dragos e outras espécies de árvores (Bontier e Le Verrier, cap. LXVII). Na ilha habita uma população numerosa, no dizer de Bontier e Le Verrier (cap. LXVII, pág. 70); e Zurara especifica (cap. LXXX) que são 700 homens de peleja. O volume populacional deve-se possivelmente ao facto de a ilha não ter sido tão salteada pelos cristãos como aquelas de que atrás falámos.

Os canários estavam divididos em bandos, cada qual com sua cabeceira (ou chefe), mas tôdas as cabeceiras obedeciam a um chefe supremo, a que a *Crónica da Guiné* chama duque (cap. LXXX). Porém, noutro capítulo da mesma *Crónica* (o LXVIII) fala-se em dois capitães da ilha; ou pertencem ao número das cabeceiras, ou com a cristianização os insulares que deixaram a idolatria se organizaram sob uma dupla chefia (105). Quanto à organização das relações sexuais, a *Crónica da Guiné* não é muito clara: lemos, de facto, que as mulheres são quasi comuns, mas depois depreendemos que cada homem vive com uma (ou mais?) mulher, que a cortezia lhe impõe ceda ao hóspede de sua casa (106). Sem dúvida que existia grande liberdade de relações sexuais. Nestas circunstâncias, a herança transmite-se por linha feminina: herdam os filhos das irmãs (107). Esta informação significa ainda que já existia a propriedade individual masculina, não sabemos, porém, com que amplitude.

Estas gentes da Gomeira enquanto não cristãs, acreditavam num deus, que talvez fôsse o Sol, como em Tenerife e Palma. Parece que só se importavam com a vida terrena — “em fornizio põem tôda sua bem-aventurança”, anota com escândalo a *Crónica da Guiné*; e acrescenta que dispendem todo o tempo em cantar e bailar, pois o seu vicio é folga sem trabalho. Esta última observação descortina-nos a antítese de duas mentalidades económicas que se deparam e contrastam: a mentalidade primitiva, descuidada quanto ao futuro, exalçando como valor máximo a ociosidade, ao passo que a mentalidade da Europa quatrocentista vinca já a necessidade do labor.

A população tinha um viver primitivo. Todos andavam nus e o que é mais (para estupor da *Crónica da Guiné*), escarneciam dos vestidos, “dizendo que não são outra cousa senão sacos em

(105). — O cap. LXXX refere-se ao estado da ilha antes da cristianização, o cap. LXVIII supõe-a já explicitamente.

(106). — Esta cedência destinar-se-ia a criar um “laço de participação” (no sentido de Lévy-Bruhl) entre o dono da casa e o hóspede (na Grécia homérica ainda tal laço se criava, mas sob forma muito diferente): isto na hipótese de as mulheres estarem divididas, porque se eram comuns já a explicação reside na simples comunidade.

(107). — *Crónica da Guiné*, cap. LXXX.

que se os homens metem.” Desconheciam a arte de edificar casas e viviam em covas e choças (108).

A uma civilização rudimentar correspondia uma economia atrasada. O cultivo da cevada (em que Bontier e Le Ferrier nem sequer falam) era muito restrito e quasi sem importância. Criavam-se porcos e cabras, mas em pequena quantidade (109). A alimentação constava principalmente de leite de cabra, ervas e raízes de juncos; raro se adicionava a carne; comiam também “cousas torpes e sujas, assim como ratos, pulgas e piolhos e carrapatos, havendo por boa vianda” (110).

O armamento consistia em chuços curtos (como frechas), aguçados e com a ponta endurecida ao fogo (111).

Entrada a segunda metade do século, porém, a situação parece ser já diferente. Cadamosto esteve na Gomeira e engloba-a, quanto a alimentação e até civilização, com Lançarote, Forteventura e Ferro; quer dizer que a lavoura da cevada e a criação de cabras devem ter efectuado marcados progressos (112). E o quadro económico que meio século depois nos traça Valentim Fernandes contrasta radicalmente com o inicial. No começo de quinhentos a ilha apresenta-se muito frutífera, com próspera lavoura não só de cevada mas também de trigo, com farta criação de toda a espécie de gado e com abundante produção de açúcar e vinho (113). No intervalo, situa-se a definitiva conquista e a colonização da Gomeira pelos castelhanos.

De todas as ilhas, é a Grã-Canária a que nos é mais bem conhecida. Descreve-a de maneira bastante completa a narração de Boccacio, de 1341. Nos primórdios de Quatrocentos, pintaram-na com vagar os dois capelães de Béthencourt. Das quatro a que a *Crónica da Guiné* consagra alguns capitulos, é a que nessa obra ocupa maior espaço. Diogo Gomes trata também da Grã-Canária, e Valentim Fernandes informa-nos, embora concisamente, sobre o seu estado depois da conquista castelhana. Em Cadamosto é que quasi não há indicações a respigar.

A expedição de Tegghia de Corbizzi e Niccoloso de Recco visitou demoradamente a Grã-Canária, entrando numa aldeia da parte setentrional. Ainda no século XIV, alguns cristãos fixaram residência na ilha: Gadifer encontrou aqui o testamento de treze cristãos, datado de 1391, que os indígenas iam matar porque tinham escrito para a Europa a solicitar a conquista; há 7 anos que viviam entre os canários (114). Na primeira viagem de explora-

---

(108). — *Crónica da Guiné*, cap. LXXX.

(109). — Idem. Bontier e Le Verrier referem a criação de gado menor (cap. LXVII, pág. 70).

(110). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXX.

(111). — Idem.

(112). — *Navegação Primeira*, cap. V.

(113). — Fol. 154 r (pág. 104).

(114). — Bontier e Le Verrier, cap. XL (pág. 41).

ção do arquipélago empreendia pelos normandos de Lançarote; Gádifer e os seus desembarcaram na Grã-Canária (115). Em 25 de Julho de 1404 desferrou de Lançarote uma outra pequena expedição que foi reconhecer aquela ilha (116). Vinte ou vinte e um anos mais tarde, D. Fernando de Castro comandava uma armada portuguesa que foi à conquista da Grã-Canária; conseguiu-se cristianizar parte da população, mas não se levou a cabo a conquista devido à falta de mantimentos e, em seguida, à oposição castelhana (117). Algumas décadas depois, Diogo Gomes indica que cerca de metade dos canários da ilha são cristãos. Mas a conquista só prosseguiu em 1486 com Pero de Vera, sendo completada por Afonso de Lugo na última década do século. A conquista foi trabalhosa porque a ilha era muito povoada (118).

A Grã-Canária apresenta o contraste entre as planuras do Norte, propícias à lavoura, e a parte meridional montanhosa (a altitude eleva-se a 1.950 m.), não tão bem cultivada (119). A ilha está revestida, sobretudo ao Sul, de espessas matas de pinheiros, abetos, dragos, zambujeiros, bem como, sobretudo na parte setentrional, de figueiras e tamareiras que produzem boas tâmaras (120); e é terra de muitos ribeiros de água doce e boa (121).

Já em 1341 os indígenas cultivavam, e depois nunca deixaram de cultivar, trigo e cevada, conforme se lê em Boccacio (o trigo muito mais belo do que o europeu, com os grãos mais compridos e grossos, de cor mais branca) e Bontier e Le Verrier confirmam, esclarecendo que mesmo com a agricultura rudimentar se obtêm duas colheitas de trigo por ano (cap. LXIX, pág. 71-2) (122). Mas tinham hortas (Boccacio) e colhiam legumes em toda a ilha (Bontier, idem). A actividade económica repartia-se também pela criação de cabras, ovelhas e porcos, de tudo em grande abundância (123). Ainda estavam à disposição dos nativos figos ("tão bons que pareciam dos de Cesena" — Boccacio) e tâmaras ("empero não boas", lê-se na *Crónica da Guiné*, mas os dois capelães mostram-se de diferente opinião). Os canários praticavam a pesca — arte em que Bontier e Le Verrier os consideram exímios —, com anzóis e não sabemos se por outras formas (*Crón. da Guiné*, cap. LXXIX).

(115). — Idem.

(116). — Idem, cap. LXII (págs. 64-5).

(117). — *Crónica da Guiné*, cap. LXXIX, e Barros, Década I, Livro I, cap. XII.

(118). — Valentim Fernandes, fol. 149 r (pág. 101).

(119). — Bontier e Le Verrier, cap. LXIX (pág. 71). Cf. Boccacio.

(120). — Idem. Valentim Fernandes, fol. 149 r (pág. 101): "E he terra de muytos aruoredos". Cf. Boccacio.

(121). — V. Fernandes, idem.

(122). — *Crón da Guiné*, cap. LXXIX: "Hão trigo e cevada."

(123). — Boccaccio "cabras muitas e ovelhas"; Bontier e Le Verrier, cap. LXIX (pág. 72) e LXII (65 — porcos); *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX ("e têm ovelhas e cabras e porcos abasto"); Diogo Gomes (cabras em abundância).

A alimentação consiste essencialmente da cereais (trigo e cevada), comidos ao natural ou preparados em farinha, e carne e queijo ou manteiga, bem como ervas (legumes, especialmente favas) (124). Não sabiam fabricar pão, mas comeram-no com aprazimento a bordo dos navios em 1341, sem que depois desta data aprendessem a arte do seu fabrico (125). Quanto à carne, indica Diogo Gomes que não comem a de cabra; nas outras fontes não encontramos tal referência, o que não prova que seja errônea: os indígenas podiam utilizar o leite das cabras sem as abater (devido a algum tabu?) e abateram os porcos e ovelhas. Que acto de matar ou de esfolar os animais era considerado ímpio, provam-no a *Crónica da Guiné* e a *Relação* de Diogo Gomes; de carniceiro servia algum cristão cativo ou algum indígena desprezado e colocado à margem da sociedade. Diogo Gomes declara ainda que os canários não se alimentam dos figos que na ilha nascem no lugar de *Telle* (Telde); sabemos, porém, que a bordo dos navios de 1341 os quatro cativos comeram figos, e na aldeia que os navegadores então visitaram êstes encontraram cabazes cheios de figos secos, sinal inequívoco de que entravam na alimentação comum. Os canários bebem água e não conhecem o vinho, que os cativos de 1341 recusaram a bordo dos navios cristãos.

Muitos dos canários andavam completamente nus. Outros usavam uma tanga de fôlhas de palma, à maneira de bragas; os navegantes de 1341 descreveram-na assim: "tinham uma corda cingida, da qual pendiam filas de fôlhas de palma espessas e compridas de um a dois palmos no máximo, e com elas cobriam as vergonhas quer de frente quer de trás, a não ser que o vento ou outra coisa as levantasse". As fôlhas eram pintadas a amarelo e a vermelho. As mulheres virgens andavam nuas ("não considerando vergonha andarem assim", admiravam-se a europeus da expedição trecentista); as que já copularam cobriam as partes com tangas à maneira dos homens (lê-se na descrição de Boccaccio) ou com peles (segundo Bontier e Le Verrier). É possível que a gente comum nada vestisse, ao passo que os nobres se tapassem quer com tangas quer com peles; ou que as peles distinguissem os proeminentes dos plebeus. As peles escolhidas eram as de cabra; coziavam-nas com cordões de tripas, com muita arte (126). Não tinham panos, e possivelmente ignoravam a arte da tecelagem; ainda

---

(124). — Boccaccio: "Comem também trigo e cevada às mãos cheias, queijo e carne, das quais coisas têm muito e bom" e "O trigo e os cereais comem-nos ou à maneira das aves ou em farinha, sem dêles fazerem pão"; *Crôn. da Guiné*, cap. LXXIX, Diogo Gomes diz que comem aveia.

(125). — Boccaccio: "Mal entraram nos navios começaram a comer figos e pão, que lhes pareceu muito bom, nunca o tendo até aí comido"; *Crôn. da Guiné*, cap. LXXIX: "... mas falece-lhes o engenho para fazer pão; sômente fazem farinha, a qual comem com carne e com manteiga".

(126). — Boccaccio; Bontier e Le Verrier, cap. LXIX (págs. 71-2); *Crôn. da Guiné*, cap. LXXXIX.

no século XV “nem panos de nenhuma feição lhes praz pouco nem muito, antes escarnecem de quem quer que os preza”, consoante lemos na *Crónica da Guiné*. Os canários lavravam o corpo com tatuagens (127). Caminhavam descalços.

A habitação já não é a simples choça ou cova, como noutras ilhas, mas a casa de pedra, construída “com arte maravilhosa”, coberta de madeiras enormes e belíssimas, e interiormente branqueada, “como se fôsse com gesso”. Estas informações da descrição de Boccacio são em parte corroboradas pela *Crónica da Guiné*: “. . . se não algumas coisas que fazem com as pedras, de que se aproveitam em lugar de cuitelos, e assim fazem as casas em que vivem” (cap. LXXIX). As casas tinham portas de madeira (Boccacio).

Da utensilagem de que dispunham, as fontes escritas referem as facas de pedra (“as pedras, de que se aproveitam em lugar de cuitelos”) e os anzóis de ferro para pesca (128). O fogo era produzido por fricção: “O fogo acendem com paus, esfregando um com o outro” (129). Não têm ouro nem prata nem jóias, o que tudo desprezam. Só apreciam o ferro, que carregam com pedras, fabricando os anzóis. É com os cuitelos de pedra que rapam a barba (130). O seu armamento consiste apenas de pedras de arremesso e de paus curtos “para dar com êle”; mas eram corajosos e temíveis na peleja, defendendo com denodo a sua ilha (131). Não tinham armas defensivas; é certo que, na expedição de Julho de 1404, os normandos viram os indígenas com broqueis; porém, Bontier e Le Verrier indicam que deviam ter sido apanhados aos espanhóis noutro tempo (cap. LXII, pág. 65): tratava-se, pois, da utilização ocasional de armamento alheio, e que não voltou a registar-se.

A Grã-Canária tinha denso povoamento (132). Os navegadores de 1341 julgaram até que era a mais povoada do arquipélago. Parece, porém, tratar-se de um engano, porquanto a *Crónica da Guiné* e Cadamosto concordam em reservar o primeiro lugar para Tenerife; aliás não é impossível que se tivesse dado na segunda metade do século XIV e primeiras décadas do XV uma evolução demográfica que explicasse a aparente discrepância entre a fonte trecentista e as fontes quatrocentistas: na verdade, a Grã-Canária sofreu maior número de tentativas de conquista e foi mais salteada do que a ilha do Inferno, o que pode muito bem ter provocado um decréscimo populacional. Bontier e Le Verrier apresen-

---

(127). — Bontier e Le Verrier, idem.

(128). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX.

(129). — Idem.

(130). — Idem.

(131). — Idem.

(132). — Boccaccio; Bontier e Le Verrier, cap. LXIX (pág. 71); *Crón. Guiné*, idem; Cadamosto, *Nav. Primeira*, cap. V; V. Fernandes, fol. 149 r (pág. 101): “a inpijnda gente q auia nella.”

tam uma avaliação de certo muito exagerada do número de "fidalgos" da ilha: seriam uns 10.000 (cap. LXXXII, págs. 96 e 98); noutro capítulo (XL), contudo, falam tão só de cêrca de 6.000 varões nobres: se entendessemos aqui no sentido lato de homens de peleja, êste total aproximar-se-ia do que vem na *Crónica da Guiné*, pois nesta computam-se os homens de peleja em cêrca de 5.000; Cadamosto calcula a população total em 8.000 a 9.000 habitantes, o que parece coadunar-se com o número apresentado por Cerveira-Zurara.

Sabemos já que a população se acumulava na parte setentrional e se rarefazia na meridional. No comêço do século XV existiam três aldeias principais. No Nordeste, a pouca distância da costa e a duas léguas entre si, ficavam Telde e Aguimes, ambas situadas nas margens de arroios; para Sudeste ficava a aldeia de Arguineguim, no litoral, que, no juízo dos dois capelães, poderia ser excelente pôrto para naus pequenas (aliás as entradas na ilha eram boas e sem perigo desde que se caminhasse com a sonda) (133). Foi possivelmente em Telde ou na aldeia vizinha que estiveram os florentinos, genoveses e castelhanos de 1341.

A população dividia-se em duas classes: gente comum e nobres (134). Segundo a *Crónica da Guiné*, os nobres têm um número limitado: não hão-de minguar de cento e noventa, nem chegar a duzentos. As vezes deixadas pelos mortos preenchem-se aos grupos de cinco ou seis; os nobres escolhem entre os filhos dos nobres os que hão-de ir ocupar o lugar dos que faleceram, "em guisa que sempre o conto seja cumprido." Como o patriciado na antiga Roma, êstes nobres é que detinham os segredos da religião, e a gente comum limitava-se a crer no que êles determinavam. Aos nobres ainda é que incumbia desflorar tôdas as virgens, preliminar indispensável para qualquer rapariga se poder casar (*ius primae noctis*) (135). Nas mãos dos 190 a 200 nobres estava todo o govêrno da ilha; mas havia dois reis e um duque (136). Em baixo de tudo, estavam os carneiros, cuja profissão era tida por vil, e que por isso viviam fóra dos quadros sociais (137).

Não sabemos como estava organizada a família, mas existia certamente, porquanto se afirma da descrição de Boccaccio "As suas mulheres casam-se", e na *Crónica da Guiné* se fala em "ca-

(133). — Bontier e Le Verrier, cap. LXIX (pág. 72).

(134). — Boccaccio; Bontier e Le Verrier, idem e cap. LXXXII; *Crón da Guiné*, cap. LXXIX; Diogo Gomes, *Relação*.

(135). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX.

(136). — Já na descrição de Boccaccio se lê: "e, conforme podia deprender-se dos seus actos, mostravam ter um chefe, ao qual todos tributavam reverência e obsêquio". Quando Gadifer desembarcou numa abra entre Telde e Aguimes, foi informado de que o rei indígena estava a 5 léguas de distância (Bontier e Le Verrier, cap. XL (pág. 40-1); a pequena expedição normanda de Julho de 1404, que passou pela região de Telde e pela de Arguineguim, também ouviu falar do rei do país (idem, cap. LXII, pág. 64).

(137). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX; e Diogo Gomes, *Relação*.

sar”, o que igualmente acontece na *Relação* de Diogo Gomes. O pai apresenta a filha virgem aos nobres; se a consideram já assás gorda, um dêles rompe-a, e o pai volta a levá-la para casa. Após esta cerimónia, o nobre que a desflorou ou o pai escolhe-lhe casamento (138). A filha leva em dote, dado pelo pai, muitas cabras. Se o marido a deseja abandonar, tem de dar 10 cabras, e igual número se de novo a quere para si. Como na Gomeira, a lei da hospitalidade impõe que o dono ceda a mulher ao hóspede e que este com ela durma (139). Parece que era corrente a relutância, por parte das mães, de amamentarem os filhos, pelo que estes em geral se criavam a mamar nas tetas das cabras (140).

Os canários adoravam o Sol (141), e parece que acreditavam que o deus recompensa os bons e castiga os maus (142). Tinham um templo, sem pinturas nem ornamentos, onde se erguia uma estátua de pedra, que figurava um homem nu, só com as partes cobertas por fôlhas de palmeira (à moda dos indígenas), segurando na mão uma bola (o Sol?) (143).

Dadas as condições da sua economia e civilização, não admira que a Grã-Canária se desenvolvesse rapidamente nos últimos anos do século XV e primeiro lustro de quinhentos, isto é, depois da conquista castelhana. Por 1506 a lavoura de trigo e cevada produzia com fartura, e já tinham sido introduzidas e floresciaam as novas culturas da cana de açúcar e da vinha. Com tal impulso económico, vivia-se na ilha “em muyta abastança” (144).

É muito provável que na expedição de 1341 se tenha avistado a ilha do Inferno ou Tenerife; mas os navios nem sequer a abordaram, porque as tripulações se atemorizaram com o vulcanismo do seu pico, considerando-o um prodígio misterioso. Ainda no século XV as descrições não se esquecem de pintar o fenómeno: “E na sexta ilha, que é de Tanarife ou do Inferno, porque tem em cima um algar por onde sai sempre fumo, . . .” lemos na *Crónica da Guiné*; e Cadamosto escreve: “há una punta, ovver monte, nel mezzo dell’isola a modo di diamante, che è altissima, e continuamente arde.” Os normandos que se estabeleceram em Lançarote, Forteventura e Ferro não tentaram conquistar a ilha do Inferno nem sequer a foram reconhecer nas suas duas ou três viagens de exploração. Não parece que os cristãos a salteassem, pelo menos com frequência, no decurso do século XV. Só em 1496 foi total-

---

(138). — “E depois que algum dos cavaleiros dorme com a moça, então a pode casar seu padre, ou êle com quem lhe prouver” (*Crón. da Guiné*, cap. LXXIX).

(139). — Diogo Gomes, *Relações*.

(140). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXIX.

(141). — Gomes.

(142). — *Crón. da Guiné*, idem.

(143). — Boccaccio.

(144). — Valentim Fernandes, fol. 149 r (pág. 101).



mente conquistada pelos castelhanos, depois de luta demorada e áspera (145).

A paisagem da ilha apresentava como nota dominante o elevado monte central (altitude de 3.707 m.) sempre com fumo; Diogo Gomes, numa expressão feliz, compara-a a um pão de açúcar devido à sua forma aguda. Ao redor da grande montanha saiam barrancos com florestas de dragos e com águas correntes (146). Valentim Fernandes fala igualmente nos seus muitos arvoredos de pinhos e outras árvores e das muitas ribeiras e boas, sublinhando que há águas em muita abundância (147). Também Diogo Gomes diz: "et sunt in insulis illis multi arbores multarum specierum et flumina et aues." No sopé do monte estendem-se terrenos muito bons para lavoura, conforme indicam os dois capelães (148) e Diogo Gomes muito mais tarde confirma (149). O clima da ilha é muito benigno: pouco frio se sente, a temperatura mantém-se quente (150).

Em Inferno vivia uma população numerosa no comêço do século XV, segundo informam Bontier e Le Verrier (cap. LXVIII). Na *Crónica da Guiné* calcula-se o número de homens de peleja em 6.000 (cap. LXXIX). Algum tempo depois, em 1455, Cadamosto computava em 14.000 a 15.000 habitantes o total da população da ilha (151). Diogo Gomes afasta-se destes cálculos, porquanto apresenta o número de 23.000 homens referindo-se a um passado ignoramos se próximo ou remoto (152): seja como fôr, parece de rejeitar tal cômputo como fortemente exagerado (mas também é muito possível que haja erro de cópia, por 13.000, o que se aproximaria de Cadamosto).

Cultivavam-se os cereais — trigo e cevada — e os legumes, quer uns quer outros em muita abundância (153). A colheita fazia-se nos meses de Março e Abril, devido ao clima quente da ilha (154). Criavam-se muitos porcos, ovelhas e cabras — declarava-se na *Crónica da Guiné* (cap. LXXXI), e Cadamosto indica que existe abundância de leite de cabra. Além disso, os indígenas tinham ao seu dispôr fruta com fartura, especialmente os figos (155). Praticavam ainda a pesca com anzol, que fabricavam de chifre de cabra, consoante nos diz Diogo Gomes (156).

(145). — Idem, fol. 152 r (pág. 103): "Acabou se de cõquistar esta ilha anno de 1496 per huum caualleyro chamado Alonso de Lugo cõ muyto trabalho e perda de muytos homens, per mãdado delrey Dõ Fernãdo."

(146). — Bontier e Le Verrier, cap. LXVIII.

(147). — Fol. 152 r (pág. 103).

(148). — Cap. LXVIII.

(149). — "In pede istius montis est valde bona terra et fertilis."

(150). — Cadamosto, *Nav. Primeira*, cap. V.

(151). — Idem.

(152). — "... et dicunt, quod erant ibi 23.000 hominum."

(153). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXXI.

(154). — Cadamosto, cap. V: "E per esser il paese molto caldo, raccogliono le sue biade del mese di marzo e d'aprile."

(155). — Idem.

(156). — "Hamos, cum quibus isti capiunt pisces, faciunt de cornibus caprarum."

A alimentação consiste essencialmente de cevada, carne, leite de cabra e figos: assim pelo menos a enumera Cadamosto (cap. V da *Nav. Primeira*).

Os canários de Tenerife não edificavam casas, ao contrário dos da Grã-Canária (157). As suas habitações eram as grutas e as cavernas das montanhas (158). Escreve-se na *Crónica da Guiné* que residem em choças e covas (159); mas Cadamosto afirma que "Non hanno case di muro nè di paglia", o que, na segunda parte da frase, contradiz aquela informação da existência de choças.

A maior parte da população andava nua. Mas os nobres (Cadamosto diz apenas: alguns canários, mas é lícito supor que se trata da classe privilegiada) cobriam-se com peles de cabra, uma pela frente e outra pelas costas. Da *Crónica da Guiné* lê-se simplesmente: "e andam vestidos de peles", sem restringir tal informação a um sector da população; mas a ausência de restrição não basta talvez para supormos que êste texto nega o do navegador veneziano. Para defesa do frio (aliás quasi inexistente) alguns indígenas untam a pele com uma mistura de sebo de bode e de suco de certas ervas (160). A pintura da pele com suco de ervas verdes, vermelhas e amarelas era muito apreciada como enfeite tanto por homens como por mulheres, consoante anota Cadamosto.

O armamento compunha-se de pedras, que arremessavam, e de astes de âmago de pinho, como grandes dardos, com um corno aguçado a servir de ponta, ou afiadas, sêcas e tostadas ao fogo para endurecerem (161). Os canários de Tenerife "são homens fortes e arditos", diz a *Crónica da Guiné*; e Diogo Gomes, mencionando embora a sua pequena estatura, considera-os ferozes na peleja. Já Bontier e Le Verrier tinham proclamado muito antes que êstes insulares são de todos os mais ousados, e que por isso ainda nenhum fôra cativo até essa data (cap. LXVIII). A ilha vivia em permanente estado de guerra, e os indígenas matavam-se entre si como animais (162).

Existem em Tenerife nove senhores (a que Cadamosto chama duques, e Zurara reis), cada qual à frente de uma tribo. Diogo Gomes fala apenas de três reis: ou êste número está errado, ou no intervalo dera-se uma concentração do poder quer pela redução do número de tribos e de chefes, quer pelo aparecimento de uma categoria dirigente acima dos duques. O senhorio não se trans-

(157). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXXI; Cadamosto, cap. V.

(158). — Cadamosto, idem.

(159). — Cap. LXXXI.

(160). — Cadamosto, idem.

(161). — Idem: "Non hanno altre armi, che pietre, e mazze a modo di dardi, e alla punta mettono un corno aguzzo in luogo di ferro: le altre che non hanno corno sono abbruciate nella punta, e fassi quel legno duro come ferro; e con quello offendono."; *Crón. da Guiné*, cap. LXXXI.

(162). — "e pelejam uns com os outros, no que é todo seu principal cuidado" (*Crón. da Guiné*, cap. LXXXI); "E fanno alle volte fra loro guerre, ammazzandosi come bestie" (Cadamosto).

mite hereditariamente, passa do chefe morto para o individuo mais poderoso: claro que a ausência de regra sucessória dava ensejo a ásperas lutas pelo poder (163). Como nas outras ilhas, a sociedade está dividida em gente honrada e gente comum, conforme dá a entender o texto de Diogo Gomes.

As mulheres não são comuns, antes cada homem tem mulheres certas (164). Por conseguinte, existe a família, que é de tipo poligâmico, não estando limitado o número de esposas: cada qual tem tantas quantas quere (165). Mas o casamento só pode efectuar-se depois do desfloramento ritual da virgem pelo senhor da tribo a que pertence (166), rito análogo ao que vimos na Grã-Canária.

Os canários desta ilha "creem que há aí Deus" diz-nos a *Crónica da Guiné*. Diogo Gomes esclarece que por deus adoram o Sol; e Cadamosto é ainda mais explicito: "adorano, alcuni il sole, altri la luna e altri pianeti". Conhecemos os seus ritos relacionados com a realza, embora as fontes talvez não sejam a êste respeito perfeitamente ajustáveis. Segundo Cadamosto, quando ascende ao senhorio um novo senhor, um dos seus homens oferece-se para morrer por amor dêle e para honrar a festa; junto a um precipício efectuam-se certos actos e pronunciam-se certas palavras rituais, e em seguida o que vai sacrificar-se atira-se para o abismo, esfrangalhando-se em pedaços com a queda. O senhor fica obrigado a galardoar e a honrar a família do que se sacrificou. Diogo Gomes relata que quando um rei morre, lhe extraem as visceras e as metem numa caixa feita de folhas de palmeira; e um homem, que por sua vontade própria para tal se oferece, leva consigo a caixa e precipita-se de um lugar perigoso num monte para o mar, encomendando-lhe os assistentes saudações e recados para os parentes mortos. E o almoxarife de Sintra descreve ainda que mumificam o cadáver do rei morto, enchendo-o de manteiga, atravessam-no com um espêto e colocam-no numa caverna; à entrada fica de guarda um homem honrado durante um ano: se neste tempo caírem os cabelos e a pele do defunto, o guardião passa a ser considerado grande pecador, de contrário consideram-no pessoa de bem; neste segundo caso realiza-se um banquete ritual e prestam-lhe as maiores homenagens, após o que se lança, igualmente ao mar do mesmo local, para ir acompanhar o rei morto. Valentim Fernandes acrescenta que os descendentes dos que se lançaram do penedo ao mar ascendiam a fidalgos (fol. 153 v, pág. 104) — o que concorda de certo modo com as palavras do navegador veneziano. A versão da *Crónica da Guiné* difere da que resumimos: o cadáver

(163). — Cadamosto, cap. V da *Navegação Primeira*.

(164). — Idem; *Crón. da Guiné*, idem.

(165). — Cadamosto, idem.

(166). — Cadamosto, idem: "e non torriano femmine vergini, se prima non dormissero col signor suo una notte; e questo lo reputano grande onore". Estas últimas palavras sugerem com clareza que se tratava de um rito.

do rei estaria com a tribo até a morte do seu sucessor; quando êste morre, lançam aquele de um algar, dizendo-lhe que se vá à salvação. Em suma; parece que existiam dois sacrificios rituais: um pelo rei morto e o outro pelo novo rei. Quanto ao cadáver do rei morto, a informação correcta é a de Diogo Gomes, pois que no século XVII um médico europeu conseguiu ver algumas grutas-túmulo, onde estavam os cadáveres de pé ou deitados em camas de madeira, e no século XVIII explorou-se outra gruta, onde se encontraram mais de mil múmias. Em 1652, era tradição entre os guanchos que existira outrora uma tribo sagrada, cujos sacerdotes não podiam casar-se com mulheres de outras tribos, e que tinham por missão embalsamar os cadáveres (167).

Depois da conquista castelhana e num intervalo de poucos anos, a ilha do Inferno desenvolveu-se intensamente sob o ponto de vista económico. Tudo se dava na ilha em muita abundância. Produziam-se trigo, açúcar e vinho com abundância; fabricava-se grande quantidade de breu, extraído dos extensos pinhais; continuava a fazer-se farta criação de porcos, ovelhas e cabras (168).

A primeira expedição de reconhecimento do arquipélago, empreendida por Gadifer de la Salle, tomou pôrto na ilha de Palma e fêz aguada num riacho (169). Mais tarde os normandos voltaram aqui e sustentaram guerra contra os canários, retirando-se, porém, sem alcançar êxito decisivo (170). É certo que, ao falarem da colonização das ilhas em 1405, os dois capelães declaram que a Palma estava conquistada (171). Mas não parece que assim tenha acontecido. A *Crónica da Guiné*, Cadamosto e Diogo Gomes mostram a ilha integralmente idólatra. Só em 1495 a Palma foi por completo conquistada, por Alonso de Lugo (172).

Na opinião de Bontier e Le Verrier, a Palma é de tôdas a ilha mais deliciosa. E com tal opinião concorda Cadamosto, ao escrever: "é bellissima isola a vedere." Pela ilha desdobram-se extensos pinhais e bosques de dragueiros e árvores de leite medicinal (173). Também a revestiam tamareiras e palmeiras (Munzer, *Itinerário*, pág. 38). Correm vários arroios, de modo que há muitas e boas águas (174). A terra em si é fragosa (V. Fernandes), — a altitude máxima atinge 2.356 m. — mas extendem-se bons tractos de terreno propícios à lavoura e os pastos abundam (Bontier e La Verrier). Os ares são muito sãos (175).

(167). — La Roncière: *Histoire de la Découverte de la Terre*, pág. 88.

(168). — Valentim Fernandes, fol. 152 r (pág. 103).

(169). — Bontier e Le Verrier, cap. XLIII (pág. 42).

(170). — Idem, LXXXIV (pág. 99).

(171). — Idem, LXXXV (pág. 100).

(172). — V. Fernandes, fol. 155 r (pág. 105).

(173). — Bontier e Le Verrier, cap. LXVI (pág. 69); V. Fernandes, fol. 155 r (pág. 105): "Tem muyto aruoredo gråde e pequeno de toda a sorte, e grâdes pinhaes".

(174). — Idem.

(175). — Bontier e le Verrier, idem.

Parece que no comêço do século XV a ilha era bem povoada, o que se explicaria segundo os dois capelães, por não ter sido saqueada como as outras (176). A partir desta data, porém, os cristãos renovaram os ataques tomando por bases as ilhas já colonizadas, e na *Crónica da Guiné* afirma-se que a população é pouco numerosa, existindo sòmente 500 homens de peleja (cap. LXXXII). Alguns anos mais tarde, Cadamosto também declara “la Palma fa poca gente”. Diogo Gomes conta que os indigenas resolveram que a população não pudesse ultrapassar um número determinado, e por isso matam as crianças ou os estrangeiros que excedem esse número.

A alimentação dos canários da Palma constava unicamente de carne de ovelha, leite e ervas; não cultivavam legumes e depreende-se também que não cultivavam cereais. Não comiam peixe nem conheciam a arte da pesca (177).

O armamento compunha-se de astes com um corno agudo a servir de ponta e outro corno, não agudo este, a fazer de conto (178). Os nativos são de alta estatura e ferozes na peleja (Diogo Gomes).

Quanto à religião, a *Crónica da Guiné* e Diogo Gomes contradizem-se. Naquela lemos que “não sabem conhecer Deus, nem fé nenhuma, senão pensam que creem como o outro gado”, ao passo que na *Relação* se afirma que “Por Deus adoram o Sol”, como os de Tenerife.

Da organização social-política, sabemos apenas que existiam reis (*Crónica da Guiné*, cap. LXXXII).

O nível da civilização era muito baixo. “São muito bestiais” diz a *Crónica da Guiné* dos canários da Palma; e Diogo Gomes confirma: “et sunt rustici siluestres”.

Mas com a ocupação a ilha progrediu econòmicamente a olhos vistos. Ao entrar-se no segundo lustro de quinhentos, era já muito frutífera de trigo e cevada — os mais formosos do mundo — e de tudo o que se nela plantava. Criavam-se as mais variadas espécies de gado. Produzia-se muito mel, por alguns considerado o melhor do mundo. Em meados do século XVI parece que atingiu ainda maior prosperidade: abundava então de vinhos, carnes, queijos e açúcares.

É que, com a criação do mundo atlântico, as Canárias entram em novo ciclo económico. Escala das frotas que de Sevilha e Cádiz zarpam para o Novo Mundo, desde fins do século XV, a procura crescente das escápulas do outro lado do Atlântico fustiga a sua produção e enriquece-a. Desde comêços do século XVI o açúcar canariano escoava-se para Antuérpia, enquanto os cereais do ar-

(176). — Idem.

(177). — *Crón. da Guiné*, cap. LXXXII.

(178). — Idem.

quipélago vão abastecer os presídios marroquinos, as cidades peninsulares e até a Madeira. Desta ilha e dos Açores receberá o ouro e a prata que as velas castelhanas trazem das Índias Ocidentais, e aí desembarcam de contrabando na escala da viagem de regresso. As Canárias deixam de ser coutada de caça ao escravo. Mas se já não fornecem a mão-de-obra, passam a pesar no complexo atlântico graças à sua indústria açucareira, à sua viticultura e criação de gado, às côres para a tinturaria.

*VITORINO MAGALHÃES GODINHO*

do "Centre National de la Recherche Scientifique",  
Paris.